

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

Paula Márcia Gomes Navas

**DESAFIOS DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO TRABALHO:
CONTRIBUIÇÕES DE UMA EXPERIÊNCIA**

**São Carlos
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

**DESAFIOS DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO TRABALHO:
CONTRIBUIÇÕES DE UMA EXPERIÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos para a obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Redes Sociais e Vulnerabilidades

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Corrêa Oliver

**São Carlos
2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Paula Marcia Gomes Navas, realizada em 09/05/2019:

Profa. Dra. Fátima Correa Oliver
UFSCar

Profa. Dra. Rosè Colom Toldrà
USP

Prof. Dr. João Alberto Camarotto
UFSCar

Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi
UFSCar

AGRADECIMENTOS

Ninguém se constrói sozinho, nem alcança o êxito sem uma rede de suporte. Por isso aqui vão meus agradecimentos de todo o meu coração e sem palavras que consigam mensurar exatamente o que sinto agora.

Aos meus pais Márcia e Luiz, por sempre me ensinarem que as grandes conquistas vêm dos maiores esforços e que precisamos lutar sem esmorecer.

À minha irmã Bárbara, por seu amor, ouvidos e por me ensinar que quando achamos que estamos cansados sempre conseguimos ir a diante mais um pouco.

Ao meu cunhado Marcus, por ser tão querido e demonstrar amor como se fosse um irmão, sendo solidário às crises ansiosas que compartilhamos.

À minha sogra Margareth, sem seu apoio, suporte e dedicação ao Dante eu jamais teria reunido coragem para me inscrever no processo seletivo do mestrado, não teria a tranquilidade de me dedicar às aulas e nem teria chegado onde me encontro agora.

Ao meu marido Rogerio, por todas as formas com que demonstra seu amor, por ser minha razão em muitas dimensões, meu respiro, meu quando, onde e quem.

Aos anjos travestidos de amigos Aline Souza, Bárbara Depole, Paulo Roberto e Roberta Justel, por fazerem e serem por mim em muitos momentos dessa jornada.

À equipe do CEREST Rio Claro por me impulsionar e me motivar a chegar até aqui.

À Kelly Francisco, por sua amizade, e por incansavelmente cuidar da minha saúde física e mental.

À Thaís Rodrigues, com seu trabalho impecável, facilitou toda a pesquisa documental feita nessa pesquisa.

À Professora Ana Paula Malfitano, por ter sido a semente incentivadora do meu ingresso no PPGTO, pela acolhida e por sempre extrair o melhor de mim na ampliação de conhecimento.

À minha orientadora Fátima Correa Oliver, por aceitar essa jornada da orientação, por sua paciência, pelos conselhos, pelos puxões de orelhas necessários e por sua forma de compartilhar seus conhecimentos.

Aos professores participantes do Projeto ATO, Angela Simonelli, João Alberto Camarotto e Léa Soares, por terem acreditado no meu trabalho para tocar o “filho” que hoje resultou nessa pesquisa.

Aos entrevistados e participantes desta pesquisa por terem compartilhado suas histórias comigo de uma maneira tão plena! Ficam aqui minha gratidão e meu afeto a vocês.

Por fim, registro minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), através do código de financiamento 001, que realiza o suporte ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar e onde me proporcionou o título de mestre.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu filho Dante, quem sempre me motivou e me fez continuar a remar mesmo quando eu estava cansada em meio ao mar de conhecimento. Tudo por e para você. Te amo!

“O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam” (Guimarães Rosa).

RESUMO

A partir do século XX, tanto no Brasil como em outros países é notória a legislação, que visa promover a inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes âmbitos sociais, sejam estes educacionais, de trabalho ou lazer. Desse modo, esta pesquisa busca contribuir com os debates acerca dos desafios colocados para a participação de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, por meio da compreensão que as pessoas com deficiência têm sobre essa experiência considerando-se como se reconhecem no mundo do trabalho e como identificam o sentido do trabalho em suas vidas. Este é um estudo de caso de caráter qualitativo que visa analisar as experiências de trabalho de pessoas com deficiências participantes do Projeto ATO - Ação Trabalho e Oportunidade, realizado no município de São Carlos - SP. O estudo foi desenvolvido em duas etapas: (i) pesquisa documental nos arquivos do Projeto, tais como relatórios de atividades e outros registros disponíveis, e (ii) entrevistas semiestruturadas com pessoas com deficiência que trataram sobre a sua vida cotidiana: a) quando foram incluídas pelo Projeto ATO; b) durante a fase em que o Projeto estava ativo; c) após o encerramento do Projeto até o momento da entrevista. As informações dos relatórios e registros do Projeto foram apresentadas buscando construir uma linha do tempo para as atividades, ações e estratégias realizadas. As entrevistas foram analisadas a partir da análise de conteúdo categorial. Conforme pesquisa documental, entre as 85 pessoas que foram incluídas no mundo do trabalho pelo Projeto, 15 apresentavam perfil de interação e comunicação interpessoal. Por meio de contato telefônico e redes sociais, cinco dentre estas 15 pessoas concordaram em participar do estudo. Através de um processo de transcrição, os dados das entrevistas foram organizados em categorias, considerando as questões que foram tratadas nas entrevistas: A vida antes do Projeto ATO; A inserção no Projeto e suas Consequências; Vida após o Projeto ATO. Essas categorias indicaram a prevalência do trabalho nos ramos da indústria de transformação, educação, comércio e serviços, a partir de temas como a empregabilidade restrita ao que prevê a Lei de Cotas; o tipo de função que se desempenha numa empresa em função das limitações; o estereótipo em relação ao tipo de deficiência; níveis de escolarização e novas de oportunidades de trabalho, influenciados pelo tipo de deficiência; a ressignificação da participação social; as relações interpessoais e seu desenvolvimento; a execução das tarefas da vida diária; a importância da rede de suporte e o cotidiano. Pode-se observar que as relações interpessoais foram promovidas ou melhoradas com a inclusão no trabalho como também mudanças positivas, que conduziram as PcD a novas posições e protagonismo na organização familiar e financeira, a ampliação de suas redes de apoio, o poder aquisitivo e a participação social. Também foram identificados processos de adoecimento, promovidos a partir do trabalho, semelhantes aos dos demais trabalhadores. Os resultados positivos e as limitações e barreiras encontradas pelas PcD possibilitaram recomendações quanto a ampliar as atribuições legais de programas de inclusão no mundo do trabalho para além da ocupação de vagas possibilitada pela Lei de Cotas, enfatizando a necessidade de atender à complexidade dos processos. É fundamental que os programas reforcem o estudo de postos de trabalho e as habilidades das pessoas e suas experiências, bem como o acompanhamento da permanência no trabalho como estratégias para possibilitar a maior participação no mundo do trabalho respeitando-se o direito ao trabalho como parte da contribuição das pessoas na construção do mundo.

Palavras-Chave: Pessoas com Deficiência; Defesa das pessoas com deficiência; Trabalho; Condições de Trabalho; Terapia Ocupacional, Inclusão.

ABSTRACT

From the twentieth century, both in Brazil and in other countries, legislation is well known, which aims to promote the inclusion of people with disabilities in different social spheres, be they educational, work or leisure. In this way, this research seeks to contribute to the debates about the challenges posed for the participation of persons with disabilities in the world of work, through the understanding that people with disabilities have about this experience considering how they recognize themselves in the world of work and how they identify the meaning of work in their lives. This is a qualitative case study that aims to analyze the work experiences of people with disabilities participating in the ATO Project - Work and Opportunity Action, held in the city of São Carlos - SP. The study was developed in two stages: (i) documentary research in the Project files, such as activity reports and other available records; and (ii) semi-structured interviews with people with disabilities who dealt with their daily lives: a) when they were included by the ATO Project; b) during the phase in which the Project was active; c) after the closing of the Project until the moment of the interview. The information in the reports and records of the Project were presented seeking to build a timeline for the activities, actions and strategies carried out. The interviews were analyzed from the categorical content analysis. According to documentary research, among the 85 people who were included in the work world by the Project, 15 presented interaction profile and interpersonal communication. Through telephone contact and social networks, five of these 15 people agreed to participate in the study. Through a transcription process, interview data were organized into categories, considering the issues that were addressed in the interviews: Life before the ATO Project; The insertion in the Project and its Consequences; Life after the ATO Project. These categories indicated the prevalence of work in the industries of transformation, education, commerce and services, from subjects such as employability restricted to that provided by the Quota Law; the type of function performed in a company in accordance with the constraints; the stereotype in relation to the type of disability; levels of schooling and new job opportunities, influenced by the type of disability; the re-signification of social participation; interpersonal relationships and their development; the execution of the tasks of daily life; the importance of the support network and the quotidian. It can be observed that interpersonal relations were promoted or improved with inclusion in the work as well as positive changes, which led the DPs to new positions and protagonism in the family and financial organization, the expansion of their support networks, purchasing power and social participation. Processes of illness, promoted from work, similar to those of other workers have also been identified. The positive results and the limitations and barriers encountered by the DPs enabled recommendations to expand the legal attributions of inclusion programs in the world of work beyond the occupation of vacancies made possible by the Quota Law, emphasizing the need to attend to the complexity of the processes. It is essential that the programs strengthen the study of jobs and people skills and their experiences, as well as the monitoring of the permanence in the work as strategies to enable greater participation in the world of work respecting the right to work as part of the contribution of people to the construction of the world.

Keywords: Disabled people; Defense of people with disabilities; Job; Work conditions; Occupational therapy, Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CRPs	Centros de Reabilitação Profissional
FESC	Fundação Educacional de São Carlos
GRT	Gerência Regional do Trabalho
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MPT	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NRP	Núcleos de Reabilitação Profissional
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PcD	Pessoa com Deficiência
PEA	População Economicamente Ativa
PLANTEQ	Plano Territorial de Qualificação
PMSC	Prefeitura Municipal de São Carlos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SESMT	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UPIAS	The Union of the Physically Impaired Against Segregation - A União dos Deficientes Físicos Contra a Segregação
USE	Unidade Saúde Escola

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 1 Caracterização das 15 pessoas selecionadas para participar da pesquisa em relação a idade, deficiência, inclusão no Projeto e no trabalho	42
Quadro 2 Caracterização dos participantes da pesquisa segundo idade, estado civil, formação, inserção profissional e data da entrevista	52
Quadro 3 A vida antes do Projeto ATO	56
Quadro 4 A inserção e suas consequências	62
Quadro 5 A vida Após a Inserção	73

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1. Modelo de inclusão baseado na atividade	30
Ramo de atividade e percentual de contratações realizadas pelo Projeto ATO	

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 1. Ramo de atividade e percentual de contratações realizadas pelo Projeto ATO	38
Gráfico 2. Contratações na indústria de transformação	39
Gráfico 3. Distribuição das pessoas por tipo de deficiência e sexo	40

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1. INTRODUÇÃO	16
2. O PROJETO ATO E SUAS AÇÕES	26
3. PERGUNTA DE PESQUISA	32
4. OBJETIVOS	32
4.1. OBJETIVO GERAL.....	32
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	32
5. DELINEAMENTO DA PESQUISA	33
5.1 PROCEDIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE DADOS	33
5.1.1 <i>A Pesquisa Documental</i>	33
5.1.2 <i>As Entrevistas e os Participantes do Estudo</i>	34
5.2. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	36
5.3. ASPECTOS ÉTICOS.....	37
6. O PROJETO ATO, SEUS PARTICIPANTES E ENTREVISTADOS	37
6.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO	39
6.2. OS PARTICIPANTES ENTREVISTADOS – INFORMAÇÕES GERAIS.....	51
7. CATEGORIAS DE ANÁLISE	54
7.1. A VIDA ANTES DO PROJETO ATO	55
7.2. A INSERÇÃO NO TRABALHO POR MEIO DO PROJETO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	61
7.3. APÓS A INSERÇÃO – VIDA QUE SEGUE!	72
8. BARREIRAS E FACILITADORES PARA A PARTICIPAÇÃO E PERMANÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO DOS PARTICIPANTES	84
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
10. REFERÊNCIAS	90
ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	97
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	100
ANEXO C- PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA	103

APRESENTAÇÃO

A escolha pelo curso de Terapia Ocupacional se deu inicialmente pela intenção de transformar a vida do ser humano. Passado algum tempo e ingressada no curso, o contato com docentes que pesquisavam a questão da pessoa com deficiência incluída no trabalho, aumentou o desejo de ressignificar a vida das pessoas atendidas na profissão.

Minha participação como bolsista de extensão nos Projetos, envolvendo a temática da pessoa com deficiência no trabalho, potencializou o desejo de ajudar na modificação positiva dessa população. O primeiro que participei durante todo o ano de 2007 era intitulado “Caracterização do Perfil de trabalhadores afastados e de portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho do município de São Carlos”. O segundo, intitulado “Rede Ações para a inclusão do portador de deficiência física no trabalho do município de São Carlos”, no qual permaneci durante o ano de 2008, derivou o Projeto ATO – Ação, Trabalho e Oportunidade, um Projeto de extensão e uma tentativa de se criar, a partir de sua metodologia, uma futura política pública. No Projeto ATO concentrei minha atividade inicialmente como estagiária, passando por orientadora profissional e finalizando como coordenadora.

Até hoje quando penso em minha trajetória na área de saúde do trabalhador, mais especificamente atuando na facilitação da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, me sinto privilegiada em poder ser uma semente na mudança de paradigma da vida dessas pessoas, que antes eram excluídas do mundo do trabalho e agora lutam para garantir sua permanência para além da legislação. Me sinto muito grata e feliz por esse aprendizado diário.

O Projeto ATO contou com duas fases, a primeira que se estendeu de 2008 a 2012, com uma interrupção de aproximadamente dois anos, e a segunda fase de 2014 a 2015. Após o término definitivo, questionamentos me ocorreram: Como estão as pessoas que fizeram parte do Projeto, sobretudo as que foram encaminhadas para o trabalho? Estão incluídas na mesma empresa? De que forma o trabalho mudou suas vidas?

A partir dessa inquietação acerca das pessoas que participaram do Projeto ATO, o estudo surgiu para compreender como as pessoas com deficiência se reconhecem no mundo do trabalho e como elas identificam o sentido do trabalho em suas vidas.

Esse estudo possui relevância acadêmica por ser uma temática ainda pouco pesquisada no Brasil frente a outros assuntos relacionados às pessoas com deficiência, e também por ter relevância social. Sendo assim, esta pesquisa poderá contribuir para a ampliação do conhecimento acerca dos direitos das pessoas com deficiência, bem como a compreensão da complexidade dos processos desses sujeitos no cenário laboral.

1. Introdução

O presente estudo pretende explorar os sentidos do trabalho para um grupo considerado fragilizado, o de pessoas com deficiência, que foram incluídas no mundo do trabalho pelo sistema de cotas empregatícias, por meio de um Projeto de extensão universitária inédito. Este Projeto foi mantido pela parceria estabelecida entre os Departamentos de Terapia Ocupacional e de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Prefeitura Municipal de São Carlos (PMSC), o Instituto Nacional de Seguridade Social – agência de São Carlos (INSS - São Carlos), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Gerência Regional do Trabalho e Emprego São Carlos (GRT - São Carlos).

O entendimento sobre os sentidos do trabalho está contextualizado no processo de industrialização, a partir dos anos 1920, que se buscava adequar a pessoa ao trabalho com intuito de extrair ao máximo suas possibilidades de trabalho. Entendia-se que os aspectos humanos, incluindo os sentidos do trabalho eram dimensionados a partir de modelos de mensuração e observação, como no Taylorismo, em que a organização do trabalho era separada da execução do trabalho, com a busca da automatização dos gestos dos trabalhadores, não favorecendo a "*colaboração, a comunicação e as trocas*" (LANCMAN, 2007).

Para Antunes (2015) as transformações retratadas no modo de trabalho promoveram impactos muito importantes sobre os trabalhadores, os sentidos atribuídos ao trabalho e a necessidade de discussão sobre o tema durante o último século, por meio de uma revolução que se deu do, no e pelo trabalho, sendo de fundamental importância as novas formas de empregabilidade e as "*formas inovadoras de organização do trabalho*" (MORIN, 2001, p.9).

Mesmo com as mudanças ocorridas, nota-se que o trabalho continua como parte fundamental da vida das pessoas trabalhadoras, sendo uma das principais razões para diferentes formas de se relacionar e se vincular com pessoas, ter um sentido na vida, influenciar na motivação e produtividade, sem deixar de considerar a necessidade de garantia de sobrevivência e de melhores condições de acesso a direitos. Ou seja, quem não acessa o mundo do trabalho pode vivenciar intensos processos de exclusão social (MORIN, 2001; ANTUNES, 2015). Neste sentido, é possível afirmar que "*a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade*" (CASTEL, 2000, p. 243).

Assim é importante reafirmar que o trabalho pode ser considerado

para além do ato de exercer uma atividade que visa unicamente um salário como ganho pelo produto realizado. O trabalho é entendido como matriz da integração social e como constituidor da identidade e do indivíduo. (LANCMAN, 2004, p. 72)

Ao mesmo tempo, o trabalho possui uma função na psique humana e se mostra como estrutura da constituição dos sujeitos, sua rede de significados, sua identidade e sua subjetividade. *“É o maior fator de produção de sentido para a pertinência social”* (LANCMAN, 2007, p. 274).

Também é um espaço para ser produtivo, ter utilidade e participar ativamente da construção do mundo, transformando a pessoa em um ser humano completo, com as capacidades pessoais e profissionais bem aproveitadas em toda sua completude (LIMA; TAVARES; BRITO; CAPPELLE, 2013). Então, participar do mundo do trabalho é ter um sentimento de utilidade, de um lugar de pertencimento, pois nele se desenvolvem competências, além de aprender, realizar, superar e possibilitar a execução de seu poder (MORIN, 2001).

O conhecimento e a visibilidade de cada pessoa inserida no trabalho, a partir da produção de sentidos, mostra-se essencial para os conhecimentos subjetivos (LANCMAN et al., 2002) onde *“Conhecer e dar visibilidade para a inteligência que cada trabalhador utiliza para a realização do seu trabalho é essencial para o conhecimento dos aspectos subjetivos do mesmo”* (LANCMAN, 2002).

O trabalho com sentido faz com que o trabalhador conheça mais sobre sua atividade e possibilita que a organização alcance a eficácia sem a preocupação de constantes reforços ao trabalhador com “programas motivacionais” para estimulá-lo a gerar melhor desempenho. Na verdade, o sentido que as pessoas encontram no seu trabalho depende de fatores tais como autonomia, reconhecimento, desenvolvimento e crescimento, o que nem sempre as organizações oferecem. (TOLFO; Piccinini, 2007).

Validando essas afirmações tem-se o trabalho não apenas como uma atividade, mas também uma forma de relação social, o que significa que ele se desdobra em um mundo humano caracterizado por relações de desigualdade, de poder e de dominação, sendo essencial para atividade humana, *“ele mobiliza a personalidade por completo”* (DEJOURS, 2004, p.30)

e é o responsável na “*distribuição das ações do sujeito no tempo/ espaço*” sendo construído “*na história das pessoas, compondo, ao mesmo tempo, sujeitos e modos de vida bastante variados*” (MAXIMINO; TEDESCO, 2016, p. 135).

Há, portanto, nele e em seus resultados uma contribuição para o desenvolvimento do indivíduo, com a promoção da mobilização da inteligência, da capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações e, ao mesmo tempo, se apresenta em uma formação dinâmica e complexa da vida por meio da socialização, e das possibilidades de pertinência aos grupos. (DEJOURS, 2004; TOLDRÁ, 2009; LIMA, TAVARES, BRITO, CAPPELLE, 2013; GALVÃO, LEMOS, CAVAZOTTE, 2018).

Santos e Carvalho-Freitas (2018) interpretam os sentidos do trabalho por meio de diferentes perspectivas: como aquela que indica de que forma o trabalho é assumido pela pessoa, no que diz respeito à satisfação, à independência, à aprendizagem e às crenças; como também na identificação da relação entre a pessoa e o trabalho e a interação da pessoa com a sociedade, considerando a máxima de que, por meio do trabalho, se contribua como uma forma útil aos sujeitos (LANCMAN, 2007).

Lima; Tavares; Brito; Cappelle (2013) indicam ainda que,

o sentido que o trabalho tem para cada indivíduo é construído por meio da compreensão da subjetividade individual, sendo variante, uma vez que os indivíduos se apropriam de vários elementos relativos ao trabalho e os ressignificam (LIMA; TAVARES; BRITO; CAPPELLE, 2013, p.44).

Sendo o trabalhador capaz de pensar sobre o trabalho, existe o poder de negociação, a busca de um sentido partilhado, de transformar e fazê-lo evoluir (LANCMAN; UCHIDA, 2003) no desafio, na pluralidade, na origem das tarefas, no processo de aprendizagem, autonomia, reconhecimento e segurança" (MORIN, 2001; MORIN, TONELLI, PLIOPAS, 2007; SÁ, LEMOS, 2017).

É nesse contexto das relações sociais e da complexidade na inserção do mundo do trabalho, que é possível compreender parte dos processos sociais vivenciados por populações como as de pessoas com deficiência. Até o final do século XIX, com o aumento do processo de urbanização e industrialização, esse grupo social se encontrava com inúmeras restrições à sua participação no mundo do trabalho e a capacidade de produzir passou a ter uma valorização maior, ao mesmo tempo que se reafirmava que a deficiência era um problema

individual, diferentemente de períodos anteriores em que a deficiência não era necessariamente considerada um problema. Nessa época o trabalho se dava em outro contexto social, que não da industrialização e urbanização.

A partir do século XX, os objetivos de facilitar a vida das pessoas com deficiência e seu processo de inserção na sociedade modificaram-se, principalmente pela participação direta dessa população na apresentação e debate, ou seja, no discurso sobre seus problemas. E nesse sentido, realizaram uma crítica ao modelo de compreensão da deficiência baseada na concepção biomédica. Dessa condição humana foram criadas as condições para que um modelo social da deficiência pudesse ser construído, levando a uma convergência com os debates acerca da organização social do trabalho e de seus significados (BARNES, 2016), ao invés de se considerar a deficiência como um problema individual. Esse novo modelo ampliava a participação desses sujeitos na vida social e procurava promover o acesso dessa população a direitos sociais, políticos e civis.

O modelo social da deficiência passa a se estabelecer mais fortemente a partir da década de 1960, sendo mais enfatizado com a compreensão de Paul Hunt sobre a constituição da deficiência como um fenômeno sociológico baseado nos estudos sobre o estigma de Goffman (DINIZ, 2007).

Goffman (2004) vai dizer em seus estudos que o estigma é *"um tipo de relação entre atributo e esteriótipo"* onde:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social" (GOFFMAN, 2004, p.5)

Com isso, a perspectiva para se tratar a inserção no trabalho de pessoas com deficiência passou a ser pelo viés biopsicossocial e, a partir de movimentos sociais em defesa das pessoas com deficiência, são denunciados os processos de opressão e exclusão social vivenciados pelo grupo. Assim, é legitimada a necessidade de lutar pelos direitos para promover uma mudança

no padrão de inclusão a que até então estavam submetidas (COELHO; SAMPAIO; MANCINI, 2014).

Nessa perspectiva, na década de 1970 ocorreram uma série de movimentos sociais relacionados à deficiência e aos processos de cuidado, considerando-se as diferentes formas de opressão a que estavam sujeitas e a importância de que as próprias pessoas com deficiência pudessem falar sobre seus processos, não apenas considerando-se a importância de acessar serviços de saúde, educacionais e de trabalho, mas levando-se em conta que a falta de acesso a esses direitos traduzia uma determinada compreensão social sobre a deficiência e as oportunidades de inclusão social. Esse foi um debate essencial trazido, a partir da Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação (*The Union of the Physically Impaired Against Segregation- UPIAS*) na Inglaterra (1972), e que, no Brasil, também foi assumido pelo movimento de pessoas com deficiências na luta por seus direitos. Nesse sentido, é importante indicar a diferença entre as organizações de e para pessoas com deficiência, que segundo Silva (2016) se definem como:

Entidades DE são organizações formadas e geridas pelas pessoas com deficiência. Entidades PARA são organizações formadas e geridas por familiares e/ou profissionais de diferentes setores, que prestam serviços ou desenvolvem ações na área da deficiência. Ambas são reconhecidas como entidades da sociedade civil e pertencentes ao terceiro setor (SILVA, 2016, p. 20).

Essa é uma diferença importante de ser apontada tendo em vista as possibilidades de expressão das vivências e necessidades colocadas pelos diferentes tipos de organizações e como vocalizam essa luta tanto em nível nacional como internacional.

Concomitantemente às lutas pelo reconhecimento de direitos, a Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em convenção no ano de 1975 se tornaram responsáveis pelos debates sobre os direitos da pessoa com deficiência e aprovaram nesta data a Declaração dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:

As pessoas deficientes têm inerentemente o direito ao respeito da sua dignidade humana. As pessoas deficientes, independentemente da origem, natureza e gravidade das suas incapacidades e deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que os seus concidadãos da mesma idade, o que implica, primeiro que tudo, o direito a gozar uma vida digna, tão normal e

plena quanto possível. (...) As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente. Têm o direito, de acordo com as suas capacidades, a obter e conservar um emprego ou a exercer uma atividade útil, produtiva e remunerada (...) (ONU, 1975).

Nessa declaração, afirma-se também, o direito à segurança econômica, representada pela possibilidade de participação no mercado de trabalho.

No Brasil, nesta mesma época algumas iniciativas para lidar com a participação no mundo do trabalho foram realizadas como os convênios entre entidades da sociedade civil ligadas ao campo da reabilitação com o Serviço de Aprendizagem Comercial (SENAC) para profissionalizar adolescentes com deficiência. Também houve expansão da reabilitação profissional por meio da criação dos Centros de Reabilitação Profissional (CRPs) e Núcleos de Reabilitação Profissional (NRPs), constituídos por equipes multiprofissionais para atendimento em saúde, do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) com objetivo de atender trabalhadores afastados por doença ou acidentes de trabalho, a fim de promover sua reintegração e reinserção no mercado de trabalho (MAENO, 2009; SIMONELLI, 2009).

Nesse contexto, ainda prevalecia uma visão da deficiência apoiada no modelo biomédico, onde a *“lesão era um dado corporal isento de valor, ao passo que a deficiência seria o resultado da interação de um corpo com a lesão em uma sociedade discriminatória”* (DINIZ, 2007, p.17). Ou seja, nessa perspectiva se afirma a necessidade de normalizar o corpo da pessoa com deficiência, o que conflitava com a visão de representantes do movimento internacional de pessoas com deficiência, que discutiam e propunham outro modelo de compreensão da deficiência, o modelo social. Nesse modelo,

A deficiência não devia ser entendida como um problema individual, mas uma questão da vida em sociedade, o que transferia a responsabilidade pelas desvantagens das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade em prever e se ajustar à diversidade. (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010, p.3).

E nesse sentido, Ferreira (2008) afirmava que era a sociedade quem desabilitava as pessoas com deficiência e lhes impunha obstáculos com estereótipos culturais e estimulava as dinâmicas de marginalização e exclusão desse grupo da população. Então, não se tratava de negar a necessidade do laudo médico, da avaliação e de um possível tratamento clínico, restringindo todas as ações e possibilidades de atenção apoiadas nos princípios e diretrizes do

modelo biomédico, mas sim considerava relevantes e significativas para o desenvolvimento das políticas de atenção a pessoas com deficiência as questões levantadas pelo modelo social de compreensão da deficiência.

Com isso, o que estava posto diante do modelo biomédico praticado era que a sociedade impunha restrições à participação social, desabilitava as pessoas com deficiência e as mantinha aquém de uma condição de bem-estar. Barnes apud Diniz (2013), também discursava nessa mesma perspectiva, e afirmava que:

as sociedades não funcionavam apenas pela produção; elas funcionavam pelo consumo (...). O bem-estar era fundamental para todas as sociedades, e era um sinal de uma sociedade civilizada. (...). Qualquer sociedade que não oferecesse algum tipo de sistema de bem-estar para as pessoas em situação de pobreza ou em outra situação desvantajosa não poderia ser caracterizada como uma sociedade civilizada e desenvolvida (DINIZ, 2013, p.249).

Nesse sentido, a sociedade criava um modelo de normalidade, a partir do que se observava com o desenvolvimento das ciências, da medicina, do conhecimento e da técnica. Então, a deficiência era vista como uma manifestação de doença, tendo um diagnóstico e um tratamento existindo, portando um padrão do que era normal. Quem se desviava desse padrão precisava ser melhorado de alguma forma (MAIA; CARVALHO-FREITAS, 2015).

Assim, entendendo a necessidade da mudança na linha de pensamento praticada pelo modelo biomédico, novas formas políticas de gestão foram idealizadas que visaram constituir oportunidades de real bem-estar e acesso a direitos como o direito ao trabalho. Exemplos disso foram observados, especificamente, no ano de 1983, quando a Organização Internacional do Trabalho, em sua convenção, tratou sobre a importância do favorecimento do acesso das pessoas com deficiência a oportunidades de emprego, em consonância ao que propôs a ONU, anteriormente (RESENDE; VITAL, 2008).

Nesta perspectiva, a proposta para os países participantes consistia na criação de políticas nacionais de apoio à esta população, com o objetivo final de promover e manter oportunidades de emprego para esse grupo. A ideia era que através de uma visão sociopolítica

haveria o desenvolvimento de ações objetivando adequações de condições, práticas e instrumentos para o trabalho ser acessível a todos (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2010).

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as oportunidades de participação de pessoas com deficiências no mercado de trabalho eram organizadas por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), sob o nome de oficinas protegidas ou oficinas pedagógicas. Esses programas teriam mais um caráter terapêutico e de controle desse grupo do que de preparação profissional, demonstrando fortemente seu caráter assistencialista, visto que eram desenvolvidos em serviços beneficentes e filantrópicos, como confirmaram Batista (2002) e Simonelli (2009).

Além disso, a Constituição de 88 promoveu a incorporação da saúde, da assistência e da Previdência Social como um tripé para a seguridade social, tornando-se explícito o direito universal da cidadania, o que incluiu as pessoas com deficiência. Nessa época também, a Previdência Social se manteve como um seguro social de caráter contributivo e com filiação obrigatória aos trabalhadores do mercado formal, sendo que seus benefícios, incluindo a reabilitação profissional, permaneciam restritos a seus segurados.

Na década de 1990 também ocorreu dentro da Previdência Social, uma mudança estrutural da reabilitação profissional, o Plano de Modernização da Reabilitação Profissional, realizada pelas empresas e apenas homologada pelo INSS, por meio de um sub-programa do setor da perícia médica, denominado Reabilita¹ (MAENO; TAKAHASHI; LIMA, 2009).

Para criar as condições e efetivar a Constituição Federal, foi proposta a Lei nº 8213/91, que objetivou superar o assistencialismo vigente, buscando promover condições para uma inclusão mais efetiva, com políticas específicas que pretendiam “*materializar a igualdade real entre as pessoas a partir do pensamento de que a verdadeira igualdade consistia em se tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na justa medida da desigualdade*” (BRASIL, 2007, p. 12).

Desse modo, houve necessidade de apresentar uma legislação que afirmava o direito das pessoas com deficiência a vagas de trabalho correspondentes entre 2 e 5% do total de empregados para empresas com mais de 100 empregados. A lei anterior só foi colocada em

¹O Programa REABILITA “*foi o modelo que operacionaliza as ações de Reabilitação Profissional em integração com a Perícia Médica, no âmbito das Agências da Previdência Social – APS, articulado com os demais serviços do Instituto do Seguro Social – INSS*” (BRASIL, 2005).

prática posteriormente, com o Decreto nº 3.298/99 que estabeleceu uma proporção de 2% para empresas de 100 a 200 empregados; 3%, de 201 a 500; 4%, de 501 a 1000 e 5% para as empresas que continham mais de 1000 funcionários.

A partir das iniciativas internacionais, como a convenção da ONU, que reconheceu a capacidade das pessoas com deficiência para o trabalho, de maneira a respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana, eximindo-se de preconceito e discriminação (GONÇALVES; GARCIA, 2018), o Brasil avançou em sua legislação, inicialmente pela Constituição Federal de 88 e chegou até a promulgação da Lei de Cotas em 1991, que garantiu a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, porém, somente a partir de 2001 que o cumprimento da lei passou a ser fiscalizado (CARVALHO, 2011).

Ainda nos dias de hoje essa legislação é *“considerada uma das mais avançadas no sentido de promover a inclusão das pessoas com deficiência”* (SAMPAIO; FERREIRA, 2019) sendo a principal responsável pela inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do trabalho (BRASIL, 2016) no período compreendido entre 2010 e 2016 houve um crescimento de pessoas com deficiência incluídas no mercado de trabalho formal, representando 36,76% de pessoas com deficiência empregadas. Ainda segundo dados da RAIS (BRASIL, 2016), no último registro tabulado, o de 2016, do total de pessoas com vínculo formal de trabalho, em torno de 90% das pessoas com deficiência estão inseridas em empresas que estão obrigadas pela Lei de Cotas a contratar essas pessoas. Esse *“é um retrato bastante relevante de como a Lei 8213/91 é importante para romper a exclusão”* (SAMPAIO; FERREIRA, 2019).

Mesmo com as prerrogativas legais em curso, assim como em outros países, apenas a legislação e sua fiscalização não são suficientes para possibilitar a participação no mundo do trabalho para as pessoas com deficiência. Há uma prioridade a se considerar principalmente, a questão das pessoas com deficiência, em particular, e não as necessárias mudanças na organização social do processo de trabalho, ou seja, do modo de produção, que produz e reproduz a opressão social tanto para os pobres como para as pessoas com deficiência (BARNES, 2016).

É nesse contexto que também surgem outras questões na relação entre o trabalho e as pessoas com deficiência, os sentidos do trabalho que podem

representar uma dimensão interdependente da percepção que ela tem de si mesma e da própria vida. Julga-se importante conhecer os discursos produzidos a respeito do sentido atribuído ao trabalho para compreender como suas práticas e vivências contribuem para a produção desse sentido (LIMA et al., p.44, 2013).

A forma das pessoas com deficiência viverem o mundo do trabalho e participarem de suas relações sociais, afetivas e profissionais também são importantes para entender possíveis situações geradoras de sofrimento nesses indivíduos (COELHO; SAMPAIO; MANCINI, 2014), já que o mundo do trabalho, como afirmado anteriormente, tem sofrido intensas mudanças nos últimos anos por meio de novas tecnologias, da organização da produção e das relações entre o capital e o trabalho, podendo levar a uma desordem nas relações de trabalho, causar adoecimento, dificuldades para reabilitação, retorno e permanência no trabalho (TOLDRÁ; DALDON; SANTOS; LANCAN, 2010).

Outro fator significativo é que, em sua maioria, o trabalho proposto às pessoas com deficiência dão um maior destaque para o desempenho de atividades simples do cotidiano, possibilitando primordialmente a empregabilidade em funções que exijam menor qualificação comprometendo, inclusive, a possibilidade de ascensão profissional, uma vez que o mercado de trabalho traz como pressuposto o mérito por habilidades (LIMA; TAVARES; BRITO, CAPERLLE, 2013). E nesse sentido se manifesta mais uma vez a concepção de deficiência como um problema individual dissociada análise dos demais fatores e considerando primordialmente as necessidades do setor produtivo na definição de postos de trabalho e de processos de seleção.

Assim, observa-se que as empresas, de modo geral, afirmam encontrar dificuldades para promover a contratação de pessoas com deficiência para seus postos de trabalho, em função da necessidade primordial de adaptar esses postos, tendo em vista também a ausência de ações de formação para o trabalho e da inexistência de instituições que intervenham no processo de contratação (SIMONELLI et al., 2013). Os autores afirmam ainda que necessitam de apoio para realizar análises das condições de acessibilidade, das exigências dos postos de trabalho e das potencialidades dessas pessoas para o trabalho, de forma a evitar problemas de adequação, acidentes e prejuízos tanto econômicos quanto de imagem e responsabilidade social das empresas.

Para lidar com demandas específicas do campo de iniciativas de inclusão social pelo trabalho para pessoas com deficiências, no ano de 2005, foi executado no município de São

Carlos um levantamento da população economicamente ativa (PEA) e com deficiência, sendo possível observar que:

(...) apenas 48,7% das vagas de emprego disponíveis para essa população foram preenchidas. Ausência de informações atualizadas sobre as pessoas com deficiência, inadequação dos espaços dos postos de trabalho e falta de qualificação profissional são alguns dos muitos fatores que justificam essa baixa adesão. Para mudar esse cenário, é necessário implementar ações interdisciplinares que envolvam todos os atores relacionados à temática da deficiência. (SALOMÃO; SIMONELLI, 2006).

Das pessoas com deficiência que atingiam a PEA, praticamente metade se encontrava empregada e por isso, é possível inferir que essa população participava do mundo do trabalho nas condições afirmadas anteriormente como de classe trabalhadora ampliada, o que implicava no reconhecimento da existência de importantes barreiras a serem superadas.

No sentido da promoção de autonomia sob a ótica do trabalho, foi proposto o Projeto Ação, Trabalho e Oportunidade - Projeto ATO.

2. O Projeto ATO e suas ações

Através de uma metodologia específica o Projeto ATO se configurou por meio,

de uma rede de ações para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, desenvolvida no município de São Carlos, através da parceria da Universidade Federal de São Carlos, Gerência Regional do Trabalho e Emprego e Prefeitura Municipal (SIMONELLI et al., 2013).

O Projeto ATO surgiu como uma forma de promover a inclusão social da pessoa com deficiência no trabalho e garantir a sua permanência neste mundo produtivo e se consistiu em uma parceria entre a Universidade Federal de São Carlos e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), agência São Carlos, com o objetivo de realizar o atendimento em saúde das pessoas, as quais se encontravam no programa de Reabilitação Profissional da Previdência Social. Essas pessoas eram encaminhadas pela agência de São Carlos à Unidade Saúde Escola (USE).

Ao mesmo tempo, uma outra parceria entre Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Gerência Regional do Trabalho (GRT) e Prefeitura Municipal de São Carlos foi estabelecida com o intuito de articular e apoiar pessoas com deficiência no trabalho.

Assim, criou-se uma articulação em rede entre as instituições citadas para promover a inclusão da pessoa com deficiência, configurando-se efetivamente o Projeto ATO com novas parcerias entre Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por meio dos departamentos de Terapia Ocupacional e Engenharia de Produção, Fundação Educacional de São Carlos (FESC); Prefeitura Municipal de São Carlos (PMSC), com a participação das secretarias Municipais de Trabalho, Emprego e Renda, Cidadania e Assistência Social, Educação e Saúde, além do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), da Gerência Regional do Trabalho e Emprego de São Carlos (GRT - São Carlos) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério Público do Trabalho (MPT). Dessa maneira buscou-se construir a chamada de política pública municipal de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Nesse processo, cada instituição passou a ter um papel, sendo a divulgação do Projeto uma responsabilidade da Fundação Educacional São Carlos (FESC) e Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, além do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), que entregava um folder explicativo das atividades do Projeto, contendo endereço, telefone e horários de atendimento, anexo às contas de água dos bairros Cidade Aracy I e II e Santa Felícia. "*Esses bairros tiveram prioridade na entrega por apresentarem grande quantidade de pessoas com deficiência como moradores*". Além disso, foram entregues material de propaganda em unidades de saúde e alguns hipermercados do município (SIMONELLI et. al, 2013).

Em agosto de 2008, a partir de um Termo de Ajuste de Conduta do Ministério do Trabalho e Emprego (TAC/MPT), realizado com empresa do ramo metalúrgico, que fabrica compressores para uso não industrial, peças e acessórios, a equipe executiva do Projeto ATO passou a ser financiada. Essa equipe era composta por um secretário com deficiência física, sendo paraplégico por seqüela de poliomielite adquirida na infância, terapeutas ocupacionais, fisioterapeuta, engenheiros de produção e psicólogos. Essa equipe de trabalho e se manteve até o cumprimento da cota de empregabilidade da empresa, em outubro de 2010. Nesse período a Universidade Federal de São Carlos, por meio do Departamento de Terapia

Ocupacional e Departamento de Engenharia de produção, mantinha a coordenação acadêmica do Projeto ATO.

A partir de novembro de 2010, a Prefeitura Municipal de São Carlos, por meio de convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Carlos, assumiu integralmente a equipe do Projeto ATO, até meados de 2012 e, em um segundo momento, com a renovação do convênio, de junho de 2014 a junho de 2015, tendo também nestes períodos a Universidade Federal de São Carlos, por meio dos departamentos de Engenharia de Produção e de Terapia Ocupacional, a coordenação acadêmica do Projeto.

O convênio consistia no repasse de verba por parte da prefeitura para a APAE, que era responsável por fazer a contratação de profissionais, os quais mantinham o funcionamento do Projeto com a mesma metodologia seguida anteriormente. Além desse aporte financeiro, a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER) e a Fundação Educacional de São Carlos (FESC), mantinham o espaço físico utilizado pela equipe, bem como equipamentos eletrônicos como computadores de mesa, notebook, máquinas fotográficas e impressora multifuncional.

Até 2012, o Projeto ATO contou com uma equipe de profissionais contratados para desempenhar as funções na sede do Projeto, sendo composta por secretária, terapeuta ocupacional e psicóloga, mas contando com estagiários acadêmicos de terapia ocupacional e engenharia de produção, sendo a Universidade Federal de São Carlos responsável por esses alunos.

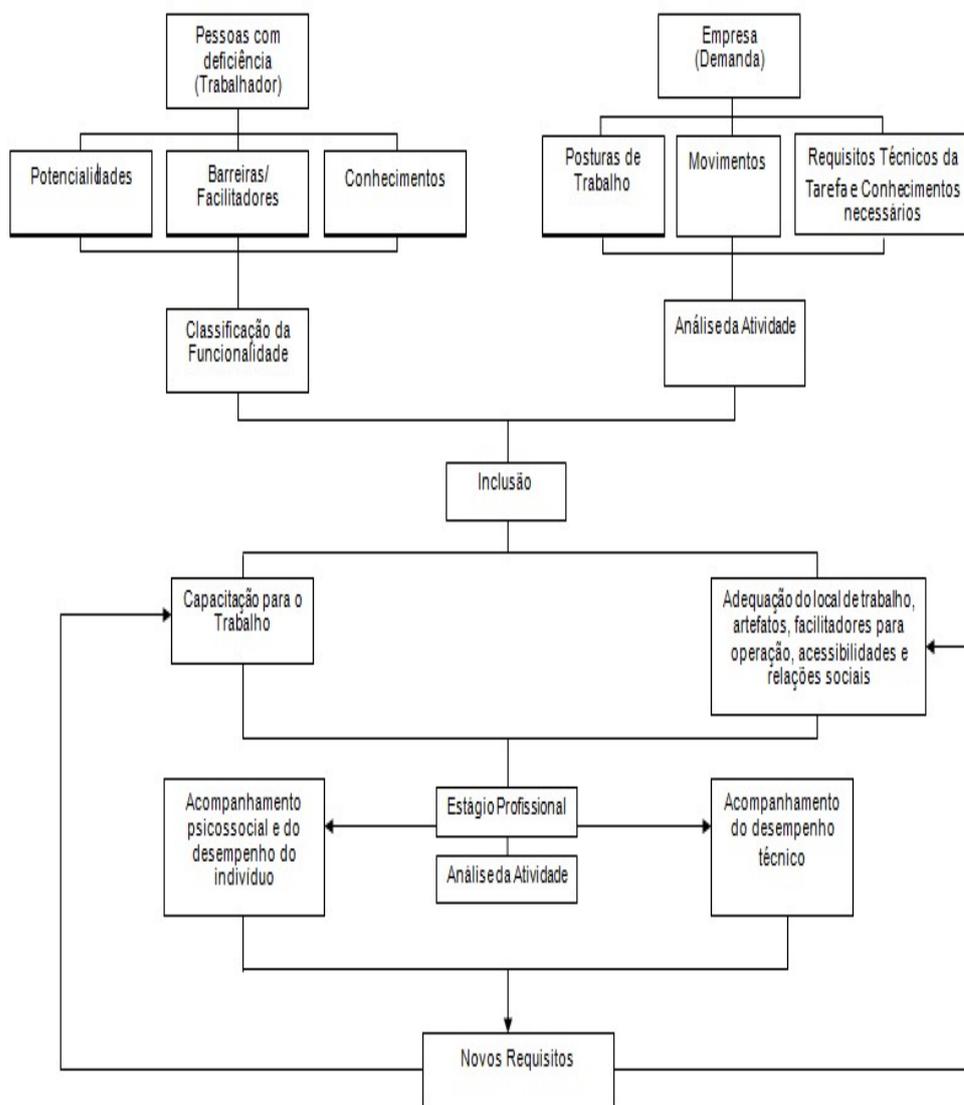
Quanto ao encaminhamento de pessoas com deficiência para o mundo do trabalho, no período compreendido entre novembro de 2010 a 2012 e depois de junho de 2014 a junho de 2015, não havia uma empresa com necessidade de preenchimento de grande número de cotas empregatícias para pessoas com deficiência, porém, a Gerência Regional do trabalho passou a fiscalizar e exigir o cumprimento da cota para pessoas com deficiência em um maior número de empresas de São Carlos, ou seja, para aquelas que possuíam em seu quadro geral mais de 100 funcionários, havia necessidade de absorção de PCDs. Foi a partir desse momento que houve indicações de PCD para empresas do comércio varejista, escolas, instituições bancárias, telefonia, telemarketing, manutenção de aviões, produtoras e criadoras de frangos, arrecadadora de pedágio e logística. Nessa época de vigência, o Projeto ATO promoveu uma série de ações visando à inclusão de pessoas com deficiência nos mais diversos seguimentos

de atividades econômicas e ainda pôde realizar o acompanhamento do processo de inclusão no trabalho.

Para a efetivação do processo de inclusão, o Projeto usava como metodologia o modelo de inclusão, baseado nos conceitos da ergonomia da atividade, e realizava uma classificação das pessoas com deficiência, baseada em suas potencialidades e conhecimentos, nos preceitos da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). As barreiras, os facilitadores e a análise das atividades de trabalho serviam de base para adequar o local de trabalho e ambiente (espaços, artefatos, acessibilidade e relações sociais) e, posteriormente, vincular as pessoas com deficiência trabalho, ao acompanhamento psicossocial e ao desenvolvimento técnico com a análise da atividade desenvolvida nos postos de trabalho (SIMONELLI, A. P., RODRIGUES D. S., NAVAS, P. M. G., SOARES, L. B. T., CAMAROTTO, 2013). Com isso, o objetivo era o de “*estabelecer um fluxo facilitador para o processo de inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho*” (SIMONELLI; RODRIGUES; CAMAROTTO, 2013).

Para a demonstração desse fluxo, observa-se a figura 01 do modelo de inclusão baseado na atividade de Simonelli (2009).

FIGURA 1 - MODELO DE INCLUSÃO BASEADO NA ATIVIDADE.



Fonte: SIMONELLI, 2009.

O modelo descrito na Figura 1 visava trabalhar a partir da “inclusão real” das pessoas com deficiências no trabalho, ou seja, esse modelo de inclusão tinha por objetivo demonstrar que habilidades eram pré-requisitos necessários para desenvolver a atividade de trabalho e a análise das pessoas pela CIF resultava num mapa de quais as potencialidades a pessoa avaliada possuía, independente do tipo de deficiência. Com isso, havia uma demonstração das capacidades e habilidades de cada pessoa, excluindo o senso comum de que as pessoas com deficiência deveriam adaptar-se ao posto de trabalho e não o contrário.

Esse modelo, que propunha a capacitação da pessoa com deficiência para o trabalho, se dava através de um curso que tinha por objetivo preparar efetivamente os participantes do Projeto com a finalidade de promover uma inclusão real. O curso abordava os temas de autocuidado e autoestima, comunicação na empresa, entrevista de emprego, dinâmicas de grupo, comunicação interpessoal, valorização de relacionamentos, rede de contatos, pensamento positivo, autonomia, enfrentamento de barreiras, acessibilidade, direitos e deveres, postura profissional, visão de processo na organização, autonomia, cultura de inclusão (DEL PRETTE, 2011, 2017).

A partir do ano de 2014, o curso chamado de **Capacitação Profissional para o Trabalho** teve alguns temas acrescentados para discussão e, por isso, passou a ser chamado de **Curso de Habilidades para o Trabalho**. Além do conteúdo abordado anteriormente, por haver nova demanda de pessoas com deficiência como participantes do Projeto ATO e questões de saúde somadas às limitações impostas pela deficiência dessas pessoas, novos temas foram acrescentados para abordagem em grupo, como adaptações e recursos de tecnologia assistiva, orientação postural, analgesia e técnicas de relaxamento.

Todos os cursos ofertados tinham a certificação oferecida pela Fundação Educacional de São Carlos (FESC) e as possíveis necessidades que cada pessoa com deficiência apresentava, sobre diferentes tipos de acessibilidade aos cursos, eram sanadas pela própria rede de ações, como, por exemplo, o fornecimento de passes, o agendamento de ônibus adaptado e a confecção de material em Braille.

Apesar da colocação das pessoas com deficiência em postos de trabalho no mercado formal ser exitosa, houve a suspensão definitiva das atividades realizadas pelo Projeto ATO no ano de 2015 por mudanças ocorridas na gestão pública do município. Com isso, não foi mais possível acompanhar o progresso e entender as barreiras e os facilitadores enfrentados pelas pessoas com deficiências no mundo do trabalho em São Carlos e realizar inferências sobre as dinâmicas implicadas a partir desta situação.

3. Pergunta de Pesquisa

A partir do exposto, a pergunta de pesquisa que se coloca é: Qual a trajetória e percepções sobre o mundo do trabalho das pessoas com deficiência que passaram pelo Projeto ATO?

4. Objetivos

4.1. Objetivo Geral

Refletir sobre as experiências de trabalho de pessoas com deficiência participantes do Projeto ATO visando contribuir para a inclusão no mundo do trabalho.

4.2. Objetivos Específicos

- A. Identificar o público-alvo com deficiência, que participou do Projeto ATO - Ação, Trabalho e Oportunidade, no período de sua vigência;
- B. Caracterizar o grupo escolhido para a entrevista no que diz respeito a gênero, idade, tipo de deficiência e escolaridade, a fim de compreender sua trajetória de vida no trabalho tanto antes, como durante e após o término do Projeto;
- C. Analisar as perspectivas sobre a inclusão no mundo do trabalho dos participantes que continuam a trabalhar e daqueles que não estão mais empregados, visando realizar inferências sobre os facilitadores e/ou barreiras possivelmente encontradas no trabalho.
- D. Compreender os sentidos do trabalho para as pessoas com deficiência a partir da experiência de trabalho viabilizada pelo Projeto ATO.

5. Delineamento da pesquisa

Parte-se do pressuposto de Gunther (2006, p. 202) quando afirma que “*a pesquisa é percebida como um ato subjetivo de construção*”. Nesse sentido, este é um estudo de caso (YIN, 2005) que busca descrever e apresentar a individual percepção de pessoas com deficiências participantes de uma experiência inédita de inclusão no mundo do trabalho, desenvolvida por meio do Projeto ATO. Nele os participantes trazem suas vivências sobre sua participação no mundo do trabalho de maneira a contribuir para a reflexão sobre os desafios para a consecução de estratégias de ampliação das oportunidades de inclusão social pelo trabalho.

Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo tem como base teórica a realidade social e os significados a ela atrelados, os significados subjetivos e o caráter de realidade para refazer o processo de construção das realidades sociais de grupos particulares para que, a partir do ponto de pesquisa, propicie novas abordagens, crie novos conceitos e categorias de investigação (CAVALCANTE et al., 2014).

5.1 Procedimentos para a construção de dados

O estudo se desenvolveu em duas etapas: uma relacionada à pesquisa documental e outra relacionada às experiências de pessoas com deficiência participantes do Projeto, a partir de entrevistas semiestruturadas.

5.1.1 A Pesquisa Documental

Foi realizada por meio do levantamento e posterior análise de registros partindo-se da premissa de que revelariam as estratégias implementadas e sua fundamentação teórico-prática. Foi possível acessar o instrumento de cadastramento e avaliação de funcionalidade aplicado a cada pessoa, que passou a participar do Projeto ATO como membro, como também os 17 relatórios produzidos após o término de cada um dos cursos de capacitação profissional para o trabalho e de habilidades sociais para o trabalho, além dos sete relatórios finais sobre todas as atividades realizadas e que eram enviados às instituições parceiras do Projeto.

Os registros produzidos pelo Projeto ATO permitiram reconhecer aspectos sobre o porquê, onde e como se deram os processos de preparação para o trabalho e de encaminhamento para o mercado de trabalho, além da caracterização dos participantes com deficiência no que diz respeito a gênero, idade e tipo de deficiência.

5.1.2. As Entrevistas e os Participantes do Estudo

O estudo almejou conhecer, a partir do ponto de vista das pessoas com deficiências, sua experiência no mercado de trabalho que foi possibilitada por meio de sua vinculação ao Projeto ATO.

Pretendeu-se a promoção de um diálogo entre a história individual das pessoas com a trajetória coletiva de inclusão social por meio do trabalho, a partir da experiência de participantes no Projeto ATO.

Foi elaborado pela pesquisadora um roteiro de entrevista semiestruturada, que continha questões abertas e possuía os seguintes eixos: a) como era a vida antes de ser incluído no trabalho pelo Projeto ATO; b) como foi o período no decorrer da atuação do Projeto ATO e se a pessoa com deficiência ainda estava inserida no trabalho; c) como foi a vida desta pessoa, após o encerramento do Projeto, estando ou não ainda vinculada ao mercado de trabalho (ANEXO A).

Foram convidados a participar da pesquisa as pessoas com deficiência (PcD) que fizeram parte do Projeto ATO e foram inseridas no mercado de trabalho, sendo consideradas PcD aquelas que atendem à nomenclatura brasileira indicada em legislação específica como pessoas com deficiências intelectuais, físicas, visuais, múltiplas e surdas (BRASIL, 2014²).

² O art. 93 da Lei 8.213/91 determina que as empresas com mais de 100 empregados devem contratar cotas mínimas de pessoas com deficiência ou reabilitadas pela Previdência Social. Os percentuais variam de 2% a 5%, dependendo do número de empregados que a empresa possua. Já o art. 4º do Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, traz a definição de pessoa com deficiência para fins de cumprimento da referida cota,

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: I - deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

No período entre 2008 e 2015 o Projeto ATO recebeu 304 pessoas, sendo que 287 delas atendiam ao critério utilizado na nomenclatura brasileira de pessoas com algum tipo de deficiência e 20 pessoas não atendiam à condição de pessoa com deficiência. Desse total de 287 pessoas cadastradas, avaliadas e encaminhadas para o curso de formação para o trabalho, 168 pessoas com diferentes tipos de deficiência concluíram o curso e 85 delas foram incluídas no mundo do trabalho.

Diante do conjunto de 85 pessoas foram selecionadas 15 PcDs para participarem da pesquisa, uma vez que possuíam um perfil de interação e de comunicação interpessoal, eram oralizadas e se mostravam expressivas e comunicativas, conforme relatado em documento que registrou o desenvolvimento e desempenho dos participantes cursos ofertados pelo Projeto.

Assim, para se tornar participante da pesquisa estipulou-se como critério de inclusão: 1) ter participado do Projeto ATO e das oportunidades de trabalho por ele possibilitadas e 2) aceitar participar do estudo.

Como critérios de exclusão considerou-se não ter se inserido no mercado de trabalho, apesar de ter participado do Projeto ATO.

A pesquisadora entrou em contato com as pessoas com deficiência, a partir das informações disponíveis na pesquisa documental e de contatos nas redes pessoais e sociais e fez o convite para participarem do estudo. No entanto, dentre as 15 pessoas com deficiências identificadas como potenciais participantes, houve possibilidade de contatos atualizados com apenas nove pessoas.

Após esses contatos, a pesquisadora verificou aquelas pessoas que se disponibilizaram a participar da pesquisa e foi agendado um dia e local de preferência das mesmas para realização da entrevista. Nesse encontro foram apresentados os instrumentos e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes (ANEXO B).

II - deficiência auditiva – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz;

III - deficiência visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências. (BRASIL, 1991).

Cinco pessoas com deficiências aceitaram participar do estudos e foram entrevistadas. Seus nomes foram trocados por pseudônimos. As outras quatro pessoas que compunham o conjunto de nove convidadas não aceitaram ou não responderam ao convite para a entrevista.

O grupo delineado a partir da pesquisa documental auxiliou a caracterização do conjunto de pessoas com deficiência participantes do Projeto ATO.

5.2. Procedimentos de Análise dos Dados

As entrevistas foram realizadas por meio de questionário semi estruturado e os dados obtidos foram analisados utilizando-se a análise de conteúdo categorial que, de acordo com Bardin (2010, p.33), configura-se como “*conjunto de técnicas de análise das comunicações*” e se subdivide em três principais etapas: 1) a pré-análise, ocorre a organização e sistematização das ideias iniciais, quando se identifica e seleciona quais materiais serão tratados; 2) exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, que vai trazer relevância aos dados tratados para validá-los.

A análise de conteúdo é uma prática de pesquisa qualitativa que resguarda um grau de objetividade para uma validade científica e enquanto método e análise de dados aceita seu foco na qualificação de vivências do sujeito e percepção sobre objetos e fenômenos (BARDIN, 2010; OLIVEIRA, 2015). O objetivo é “*trabalhar a fala e conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça*” (BARDIN, 2010, p.45).

A partir do processo de transcrição, os dados foram organizados em categorias, considerando as questões que foram tratadas nas entrevistas: I) A vida antes do Projeto ATO; II) A inserção no Projeto ATO e suas Consequências; III) Vida após o Projeto ATO. As respostas relatadas pelos participantes foram colocadas em diálogo com a literatura sobre o campo de estudos, ou seja o mundo do trabalho e as pessoas com deficiência, considerando-se a singularidade da experiência do Projeto ATO e suas contribuições para o exercício do direito ao trabalho das pessoas com deficiência.

5.3. Aspectos Éticos

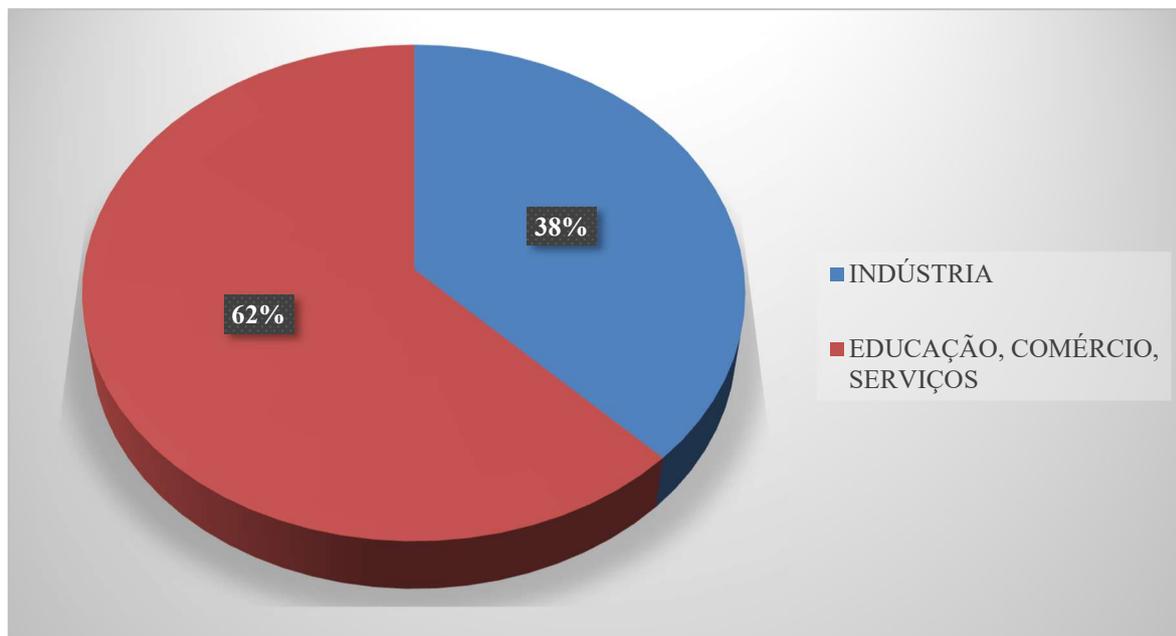
Este Projeto de pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (Número do CAAE: 88173918.3.0000.5504) – (ANEXO C). As pessoas participantes receberam informações acerca da pesquisa, assim como os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, a fim de consentirem a sua participação no estudo.

6. O Projeto ATO, seus participantes e entrevistados

Ao longo dos anos, 47 empresas procuraram o Projeto ATO para ser um facilitador na inclusão de vagas, o que resultou na absorção de 85 pessoas, sendo que algumas delas foram indicadas para mais de um posto de trabalho, em corporações diferentes. Até o encerramento definitivo das atividades do Projeto, 55 pessoas se mantiveram trabalhando, sendo que 17 destas, através de seus esforços pessoais, se inseriram em outros postos de trabalho e 13 pessoas se encontravam desempregadas.

A indústria contratou 32 pessoas (percentual correspondente a 38% do total de contratações) e as 53 restantes (62% do percentual total) se distribuíram entre os setores de educação, comércio e serviços como ilustrado no **gráfico 1**.

GRÁFICO 1 - RAMO DE ATIVIDADE E PERCENTUAL DE CONTRATAÇÕES REALIZADAS PELO PROJETO ATO



Fonte: Própria autora

O **gráfico 1** demonstrou que o maior número de contratações, viabilizadas pelo Projeto ATO, de pessoas com deficiências estava em setores diferentes da indústria e essa realidade é similar à nacional, conforme demonstram os dados da RAIS (BRASIL, 2019).

Do total de contratados na indústria, 28 pessoas foram para a indústria de compressores e peças, sendo duas desse total indicadas para trabalho em setores administrativos e 26 pessoas distribuídas entre os setores da linha de produção, conforme ilustrado no **gráfico 2**.

GRÁFICO 2 - CONTRATAÇÕES NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO



Fonte: Própria autora

A partir do **gráfico 2** observa-se que aproximadamente 93% das pessoas com deficiência contratadas na indústria produtora de compressores e peças foram desenvolver suas atividades de trabalho no setor de linha de produção.

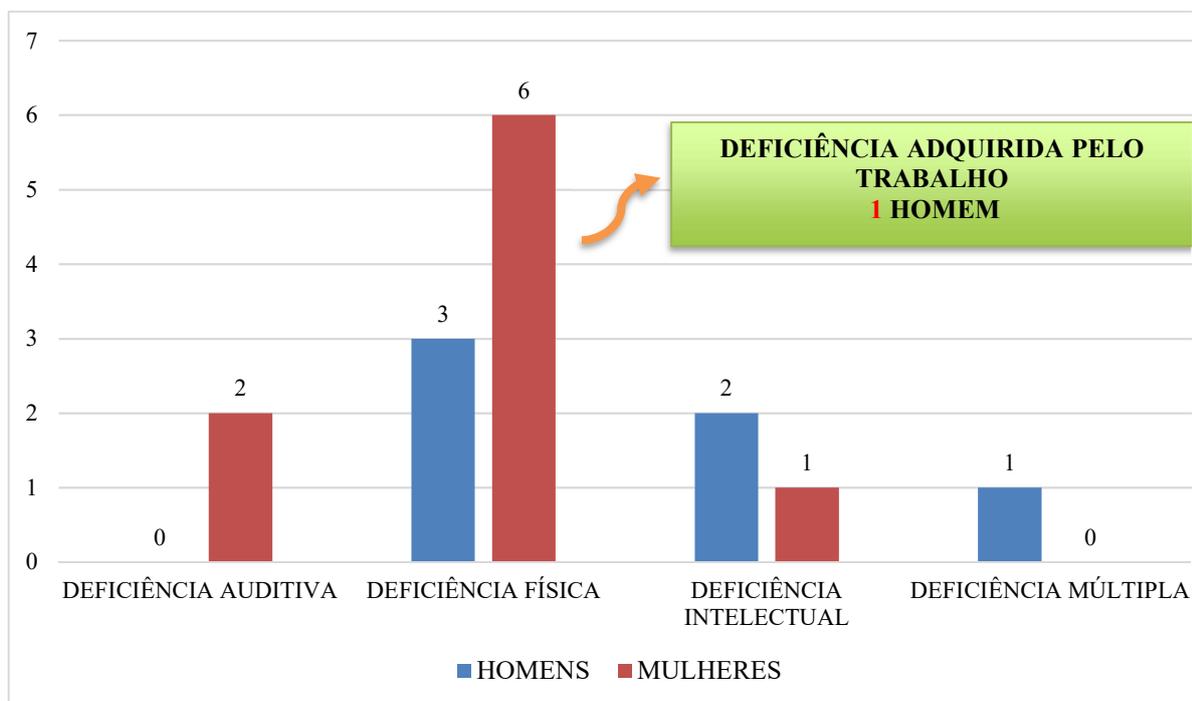
O detalhamento do perfil tanto dos 15 potenciais participantes do estudo como das cinco pessoas entrevistadas está delineado no capítulo O Projeto ATO e características gerais de alguns de seus participantes.

6.1. Caracterização dos participantes do Projeto

Conforme indicado anteriormente, entre as PcD inseridas no mercado de trabalho, 15 delas apresentavam potencial para participar da pesquisa, pois os registros documentais informavam que possuíam um perfil de interação e de comunicação interpessoal, eram oralizadas e se mostravam expressivas e comunicativas, o que possibilitaria serem entrevistadas.

Das 15 pessoas pré-selecionadas, nove eram do sexo feminino e seis do sexo masculino, sendo seis pessoas solteiras (três homens e três mulheres) e nove pessoas casadas (três homens e seis mulheres). As idades variavam entre 29 e 47 anos (idade calculada para o ano de 2018) sendo que nove eram pessoas com deficiências físicas, duas eram pessoas com deficiência auditiva, duas eram pessoas com deficiência intelectual e uma era pessoa com deficiência múltipla (deficiente intelectual e física). O **gráfico 3** informa os tipos de deficiência distribuídos pelo sexo. Desse total, sete pessoas possuíam deficiência congênita, cinco pessoas adquiriram a deficiência na infância e três pessoas a adquiriram pelo trabalho.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA E SEXO



Fonte: Própria autora

No **gráfico 3**, se evidencia que das 15 pessoas pré-selecionadas para participar da pesquisa o maior número era de pessoas com deficiência física, com seis mulheres, sendo que duas adquiriam a deficiência pelo trabalho e três homens, tendo um deles adquirido a deficiência física em contexto de trabalho. Notou-se também que não havia nenhum homem com deficiência auditiva e nenhuma mulher com deficiência múltipla.

Embora o Projeto ATO tenha incluído em sua metodologia 10 pessoas com deficiência visual, sendo que uma delas tinha deficiência física associada, no grupo selecionado para a entrevista não houve indicação de nenhuma dessas pessoas porque sua contratação não foi viabilizada pelo Projeto ATO.

A partir da pré-seleção de possíveis participantes do estudo, ocorreu a primeira busca através das redes sociais e aqueles que não pertenciam às redes, o contato foi realizado através dos telefones indicados nos registros do Projeto. No quadro 01, estão organizadas as informações mais objetivas sobre as 15 pessoas selecionadas, potenciais participantes da pesquisa, como idade, estado civil, tipo de deficiência, formação acadêmica, ramo de atividade e função exercida na empresa contratante, bem como ano de inclusão pela metodologia do Projeto e permanência ou não no trabalho até o último contato realizado com as pessoas durante o funcionamento do Projeto.

QUADRO 1 - CARACTERIZAÇÃO DAS 15 PESSOAS SELECIONADAS PARA PARTICIPAR DA PESQUISA EM RELAÇÃO A IDADE, DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO NO PROJETO E NO TRABALHO

PCD	Idade*	Estado Civil	Tipo de deficiência	Formação acadêmica	Ramo de atividade que se inseriu	Função na empresa contratante	Ano de inclusão no Projeto	Mantido no trabalho indicado até 2015
Elisa	43	Solteira	Deficiência Física Adquirida na Infância	Ensino Médio completo técnico de contabilidade e conhecimento em informática básica	Ramo metalúrgico	Telefonista	2009	Sim
Gabriel	45	Casado	Deficiência Física Adquirida na infância	Ensino médio curso de informática básica	Projeto ATO	Secretário	2009	Não
Gisele**	33	Casada	Deficiência Física Adquirida no trabalho	Ensino médio/ curso técnico	Comércio varejista	Auxiliar de Crédito	2011	Sim
Gustavo	32	Solteiro	Deficiência Intelectual Leve	Ensino Médio Incompleto	Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos	Auxiliar de aterro	2010	Sim
Junior**	30	Solteiro	Deficiência Física Adquirida na infância	Ensino superior	Ramo metalúrgico/ banco	Analista de recursos humanos	2010	Sim
Luciana	43	Casada	Deficiência Intelectual Moderada	Ensino Médio Incompleto	Ramo metalúrgico	Operadora de linha de produção	2010	Não
Marilda	44	Casada	Deficiência Auditiva	Ensino Médio curso de telefonista, de informática básica para trabalho e secretariado	Educacional	Auxiliar de biblioteca	2011	Não
Mário	40	Casado	Deficiência Intelectual Leve	Ensino Fundamental Completo	Ramo metalúrgico	Operador de linha de produção	2010	Não
Melina	35	Solteira	Deficiência Física Congênita	Ensino Superior Incompleto cursos de secretariado, contabilidade, departamento pessoal, montagem e manutenção de arquivos, injetoras e segurança do trabalho	Telefonia/ Grupo Segurador	Auxiliar administrativa	2010	Não
Mirian**	29	Solteira	Deficiência Auditiva	Ensino médio/ curso técnico	Educacional/comércio varejista	Auxiliar de Recursos Humanos/ Caixa	2011	Sim
Reginaldo	47	Casado	Deficiência Física Adquirida pelo trabalho	Ensino médio e cursos técnicos de almoxarife, ajustador mecânico e manutenção em bomba de alta pressão e perfuração.	Ramo metalúrgico	Operador de linha de produção	2009	Não
Rosa**	46	Casada	Deficiência Física adquirida pelo trabalho	Ensino médio/ curso técnico	Praça de pedágio	Arrecadadora	2009	Não
Sandro**	44	Solteiro	Deficiência Intelectual Leve e Física Congênita	Ensino médio/ Curso Técnico de assistente administrativo	Ramo metalúrgico	Operador de linha de produção	2011	Não
Vilma	32	Casada	Deficiência Física Congênita	Ensino Médio Incompleto	Ramo metalúrgico	Operadora de linha de produção	2010	Não
Walquíria	45	Casada	Deficiência Física adquirida na infância	Ensino Médio Incompleto e cursos de formação em recepção e atendimento telefônico	Ramo metalúrgico	Operador de linha de produção	2009	Não

Fonte: Própria autora

* a idade de cada participante no ano de 2018.

** pessoas entrevistadas.

No Quadro 1, os graus de deficiência intelectual leve e moderada foram citadas a partir dos registros do Projeto ATO, que continham descrições a partir de laudos médicos.

A seguir, será descrito um breve resumo sobre percurso dessas pessoas.

Elisa, possuía paraparesia em membro inferior esquerdo por seqüela de poliomielite, Como experiência formal, trabalhou no cargo de telefonista, caixa e assistente administrativo em empresa do comércio varejista e não possuía nenhum tipo de benefício previdenciário. Para sua autonomia e independência fazia uso de recursos de tecnologia assistiva, como muleta e órtese em membro inferior esquerdo, além de moto adaptada. Pela documentação produzida no Projeto, Elisa demonstrava bastante consciência sobre suas potencialidades e limitações e se demonstrava pró-ativa na busca pelos seus direitos como pessoa com deficiência.

Na análise documental, havia um relato de Elisa sobre que sua família sempre buscou espaços para a sua inclusão social, como, por exemplo, a escola regular para que pudesse conviver com colegas sem deficiência, pois sua deficiência não a incapacitava de aprender ou desenvolver atividades intelectuais. Esta postura da família foi introjetada por Elisa, que se transformou em uma pessoa consciente de sua situação, crítica e que colocava sua opinião. Nesse sentido, desenvolvia atividades da forma mais independente possível. Na época em que participou das atividades desenvolvidas no Projeto ATO, era divorciada, morava com seus pais e tinha um filho adolescente.

Foi encaminhada pelo Projeto ATO para trabalhar como telefonista em empresa do ramo metalúrgico, produtora de compressores e peças. Pelos relatórios consultados, no último contato mantido com Elisa, esta ainda se encontrava trabalhando na mesma empresa.

O interesse em realizar a entrevista com Elisa foi justamente por ela assumir uma postura, que está na contramão do que é observado na análise histórica da deficiência, ou seja, o estabelecimento de processos de exclusão social, segregação, preconceito e estigmatização das pessoas marcadas por diferenças fisiológicas, anatômicas ou psicológicas que caracterizam as PcD como desviantes da normalidade e consideradas como pessoas de menos valia social (WANDERER; PEDROZA, 2015).

Gabriel, possuía deficiência física adquirida na infância por seqüela de poliomielite com acentuada escoliose e atrofia de membros inferiores. Autônomo e independente em suas

atividades de vida diária³ e atividades instrumentais de vida diária⁴(prática e instrumental). Para se locomover fazia uso de skate, cadeira de rodas e carro adaptado (a adaptação de seu carro foi desenvolvida por seus familiares). Era casado e tinha dois enteados que também sustentava com sua renda. Como esportes, praticava natação e handebol adaptado (nesse esporte chegou a competir profissionalmente, por um tempo).

Possuía experiência no mercado de trabalho formal em empresa do ramo metalúrgico, produtora de equipamentos ortodônticos, como auxiliar de produção e experiência informal em lavagem e aspiração de carros. Participou do Projeto piloto, que criou a metodologia adotada pelo Projeto ATO e mais tarde compôs a equipe que trabalhava no Projeto como secretário, durante dois anos, no período compreendido entre 2009 e 2011. Após algum tempo, conseguiu a aposentadoria especial para pessoas com deficiência.

O interesse em entrevistar Gabriel era porque, além de sua autonomia e independência nas atividades de vida diária e atividades instrumentais de vida diária, foi membro da equipe do Projeto ATO. Embora ele tenha passado pela metodologia desenvolvida no Projeto: cadastramento e avaliação de funcionalidade, capacitação de habilidades para o trabalho e encaminhamento para indústria metalúrgica produtora de compressoras e peças; antes que pudesse ser absorvido para trabalhar nas dependências da empresa, houve um convite para que ele compusesse a equipe do Projeto.

Gisele possuía deficiência física adquirida no trabalho, com uma seqüela de amputação total de mão e punho direito, ocorrida em junho de 2011, em indústria do ramo alimentício, produtora de salgadinhos. Nos relatórios de atividades do Projeto ATO, havia a informação de que se emocionava ao contar sobre o acidente sofrido, mas também havia relato sobre sua adaptação à limitação, tornando-se mais autônoma e independente em todas as atividades desempenhadas e mais engajada nas questões relacionadas à deficiência.

Os documentos relatavam ainda que ela tinha uma filha ainda criança e morava com seus pais, sendo uma pessoa tímida, mas sempre se colocando bem, expondo suas ideias de maneira clara e articulada. No curso foi participativa, teve um bom relacionamento

³ As atividades de vida diária (AVD) são aquelas orientadas para o cuidado das pessoas com seu próprio corpo, sendo fundamentais para a vida social (CAZEIRO, et al, p.41, 2011).

⁴ As atividades instrumentais da vida diária (AIVD) apoiam a vida diária de casa e na a comunidade e exigem uma maior complexidade de interações em relação às AVDs (CAZEIRO, et al, p.43, 2011).

interpessoal e gostava de ensinar e auxiliar as pessoas que estavam participando do curso ofertado pelo Projeto. Nesse sentido, demonstrou uma capacidade de poder se desenvolver como líder em um possível posto de trabalho. No momento que foi incluída no Projeto, estava cursando Técnico em Serviços Jurídicos e pretendia fazer um curso de graduação.

Apesar de ter sofrido um grave acidente de trabalho, Gisele não se manteve afastada e nem recebeu qualquer tipo de benefício pela Previdência Social, porém, fez um acordo com a empresa, que lhe pagou uma espécie de indenização por algum tempo.

Possuía experiência como operadora de linha de produção em indústria alimentícia, indústria têxtil, cuidadora de idosos e vendedora autônoma de produtos. Foi encaminhada para empresa do comércio varejista para trabalhar em setor de crédito, auxiliava no crediário, organização, elaboração de notas e atendimento ao público. O interesse despertado em entrevistar Gisele era pela forma como havia se estruturado após a limitação imposta pela deficiência física, sua independência de benefício previdenciário, e pelo fato de estar trabalhando na mesma empresa indicada pelo Projeto, o que foi observado a partir dos documentos analisados.

Gustavo possuía deficiência intelectual leve e era tímido, no entanto, permanecia atento ao que estava acontecendo e ao longo do tempo de convivência em grupo conseguiu se comunicar e se expressar melhor, sendo cuidadoso nas atividades que lhe eram propostas, porém com pouca velocidade e agilidade para desempenhá-las. Possuía ensino médio incompleto e curso de metrologia e eletricidade básica no SENAI. No momento que passou a ser integrante do Projeto ATO não tinha qualquer tipo de benefício previdenciário e se encontrava desempregado. Possuía experiência profissional como auxiliar de produção em indústria do ramo metalúrgico e em empresa distribuidora de material escolar.

Por ter sido uma das últimas pessoas incluídas no mundo do trabalho, não houve possibilidade de acompanhá-lo no posto de trabalho, pois sua contratação no ano de 2015 ocorreu no mesmo período em que o Projeto teve suas atividades encerradas definitivamente. Por seu percurso foi considerado como um potencial entrevistado para a pesquisa.

Junior sofreu uma amputação traumática de membro superior esquerdo aos 4 anos de idade. Era bastante adaptado e realizava todas as suas atividades sem dificuldades, incluindo dirigir automóvel. Não fazia uso de prótese para substituir seu membro superior amputado.

Foi uma pessoa bastante interessada e atenta durante todo o curso ofertado, mesmo quando outro participante o chamava para comentar algo, ele parecia tomar cuidado para não perder o foco da discussão do treinamento, sendo uma pessoa atenciosa, compreendendo e dando ajuda aos demais participantes. Estabeleceu relações positivas com as outras pessoas, além de ser simpático, comunicar-se bem e participar das discussões de maneira ponderada, fazendo comentários pertinentes. Na época em que passou a fazer parte do Projeto ATO estudava administração de empresas.

A escolha de Junior como um potencial participante da pesquisa estava no fato de ter sido encaminhado para o tipo de trabalho que sempre almejou e, pelos relatórios analisados, ainda trabalhava no mesmo local indicado.

Luciana possuía deficiência intelectual moderada era uma pessoa bastante simples, espontânea, carinhosa e que gostava de estar em contato com outras pessoas, sempre colocava sua opinião de maneira bastante clara e articulada, apesar de possuir um ritmo de aprendizagem mais lento, sendo necessário algumas vezes repetir a informação de diferentes maneiras para que ela compreendesse. Era casada com **Mário** e cunhada de **Marilda** e tinha um filho ainda criança.

Possuía experiências de trabalho formal como empregada doméstica, balconista em pastelaria e auxiliar de produção em empresa embaladora de cortes de frango. Como foi encaminhada para trabalhar em indústria produtora de compressores e peças e foi demitida, houve interesse da pesquisadora em compreender os desfechos de sua contratação e demissão.

Marilda apresentava deficiência auditiva bilateral severa, como sequela da Síndrome de Ménière. Apesar da perda de audição e de ter dificuldade para falar ao telefone, conseguia ouvir desde que o som estivesse mais alto e a fala do interlocutor fosse pausada e bem articulada. Foi observado que era bastante comunicativa, se mostrava interessada e atenta às dinâmicas realizadas no curso de formação para o trabalho, participando com comentários e questões pertinentes aos assuntos discutidos. Era casada e tinha dois filhos. Era irmã de **Mário** e cunhada de **Luciana**, dois potenciais participantes desta pesquisa.

Possuía experiências de trabalho como balanceira, telefonista e controladora de estoque em agroindústria de aves, atendimento ao cliente em comércio varejista, inspetora de

alunos em escola, além de vendedora autônoma de produtos cosméticos. O interesse na participação de **Marilda** se deu por ela não estar mais trabalhando em empresa indicada pelo Projeto, porém conseguiu se inserir por esforços próprios em outro local de trabalho.

Mário possuía deficiência intelectual leve, era casado com **Luciana** e tinha um filho. Nas atividades desenvolvidas no curso de formação para o trabalho se mostrou uma pessoa com capacidade de manter a atenção, sendo comunicativo, participativo e fazendo comentários coerentes e interessantes.

Possuía ensino fundamental incompleto e cursos de vigilante, garçom e informática incompleto, experiência de trabalho como servente de obras, auxiliar de serviços gerais, porteiro e vendedor de sorvetes. Foi encaminhado para trabalhar em empresa do ramo metalúrgico, produtora de compressores e peças. Encontrava-se afastado pela Previdência Social, em função de doença relacionada ao trabalho na empresa encaminhada pelo Projeto, por isso o interesse em incluí-lo na pesquisa.

Melina apresentava deficiência física congênita, tendo como seqüela diparesia **espástica** em membros inferiores, passando por várias cirurgias de correção, e na fase adulta encurtamento de membro inferior direito. Morava com uma tia desde que os pais faleceram. Era uma pessoa comunicativa, espontânea e direta. Participou ativamente dos encontros de formação para o trabalho, fazendo comentários, dando exemplos e questionando. Lutava pelos seus direitos, inclusive procurando órgãos responsáveis (era militante por se intitular uma mulher, negra e com deficiência). Possuía habilitação para dirigir automóveis, porém aguardava uma oportunidade de emprego para comprar seu próprio carro. Como experiência trabalhou nas funções de operadora de telemarketing e recepção, auxiliar de escritório, analista de crediário, operadora de manufatura e auxiliar odontológica.

A participante despertou interesse da pesquisadora, pois além de ter muitos sonhos, como o de concluir o ensino superior, comprar um carro para se locomover com mais autonomia e agilidade, era engajada na luta pelos direitos da pessoa com deficiência e da pessoa negra, além de ter opiniões bem marcantes.

Mirian possuía deficiência auditiva, porém fazia uso de aparelho auditivo como recurso de tecnologia assistiva. Era oralizada, resultado de tratamento fonoaudiológico

realizado ao longo de sua vida. Tinha necessidade de que o interlocutor falasse com um tom de voz mais alto e estivesse em sua linha de visão para ser feita leitura labial.

Comunicava-se bem e se mantinha atenta às atividades e discussões, fazendo comentários coerentes e bastante agregadores. Além disso, era esforçada e tinha autonomia e independência em suas atividades cotidianas. Revelou que gostaria de trabalhar “em qualquer coisa”, mas tinha preferência por trabalhos de escritório para interagir com as pessoas, ao contrário da área de produção, porque nesta área teria que desligar o aparelho auditivo o que a impedia de falar durante a jornada de trabalho.

Possuía experiência de trabalho em empresa do ramo produtor de asfalto e em empresa têxtil. Manteve-se trabalhando no local indicado e, por isso, houve interesse na inclusão de Mirian na pesquisa.

Reginaldo possuía hemiparesia esquerda como sequela de acidente de trajeto de motocicleta. No momento em que se inseriu no Projeto estava afastado com auxílio doença e não possuía qualquer vínculo empregatício, porém mantinha a qualidade de segurado⁵ e por isso se encontrava inserido no REABILITA, o programa de Reabilitação Profissional da Previdência Social. Ao longo de sua permanência no Projeto teve alta do programa de reabilitação, obteve o certificado e foi encaminhado e incluído em empresa do ramo metalúrgico produtora de compressores e peças. Possuía experiência profissional, trabalhou como auxiliar de serviços gerais o comércio varejista e indústria têxtil, entregador, pintor e pedreiro autônomo. O interesse de incluir Reginaldo na pesquisa foi por ele ter se inserido em indústria do ramo metalúrgico como um reabilitado.

Rosa possuía deficiência física adquirida pelo trabalho por sequela de tendinite em ombros, com limitação de movimento em membros superiores e perda de funcionalidade, a partir da atividade que desenvolvia em empresa que promovia a fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório. O agravo de seu quadro de saúde se deu por diagnóstico de depressão e fibromialgia, associadas ao processo inflamatório em membros superiores. Passou pelo setor de Reabilitação Profissional da Previdência Social e recebeu da instituição certificado de reabilitada, o que permitiu que fosse incluída no trabalho pela lei de cotas.

⁵Qualidade de segurado: a condição a todo cidadão que contribui com a Previdência Social fazendo pagamentos mensais a título e em algumas condições sem recolhimento, que manterão esta qualidade, até doze meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social (BRASIL,1991).

Possuía ensino médio completo, experiência em empresa produtora de materiais escolares, principalmente lápis. Era uma pessoa comunicativa e muito participativa. No último contato mantido com Rosa, encontrava-se desempregada. Por ter adquirido a deficiência por meio do trabalho e não estar mais trabalhando no local que foi inserida pelo Projeto, houve interesse em incluí-la na pesquisa.

Sandro possuía deficiência intelectual leve, deficiência física congênita por seqüela de pé torto e luxação de quadril. Após sucessivas cirurgias e acompanhamentos terapêuticos, teve melhora nas seqüelas físicas, permanecendo apenas com padrão de marcha alterada. Através da análise documental, foi observado que ele era afetivo e comunicativo, gostava de interagir com outras pessoas e tinha bastante habilidade em atividades de cunho repetitivo.

No curso de capacitação para o trabalho, manteve-se bastante interessado e atento às atividades e discussões, colocando sua opinião em alguns momentos, tendo bom senso ao fazer comentários e coerência nas colocações. Compreendia bem as orientações e realizava as atividades com tranquilidade. Possuía experiências profissionais tanto em áreas de produção de peças como em área administrativa. Não se manteve trabalhando na empresa que o Projeto ATO encaminhou. Por esse, houve o interesse de convidá-lo a participar da pesquisa.

Vilma possuía hemiparesia direita e padrão de sinergia flexora. Era casada e tinha um filho. Era uma pessoa bastante adaptada e que lidava bem com sua deficiência. Comunicava-se e se relacionava bem com as outras pessoas. Inicialmente era um pouco reservada, mas foi se tornando mais comunicativa, conforme aumentava a frequência do seu relacionamento com a mesma pessoa. Em todo o momento que participou como integrante do Projeto, sempre relatou o quanto trabalhar era uma ação importante para sua vida.

Possuía experiência em empresa prestadora de serviços profissionais como auxiliar de escritório, sonhava em trabalhar em empresa do ramo metalúrgico produtora de compressoras e peças, onde foi contratada posteriormente por indicação do Projeto. Por ser um sonho trabalhar exatamente na empresa em que houve a indicação e posterior absorção, foi selecionada para participar da pesquisa.

Walquíria possuía hemiparesia esquerda por seqüela de poliomielite. Era casada e tinha dois filhos, compondo com o marido a renda familiar. Possuía experiências profissionais em linha de produção de empresa embaladora de cortes de frango. Foi encaminhada para

trabalhar em empresa do ramo metalúrgico produtora de compressores e peças, como auxiliar de produção.

Tomou conhecimento do processo de contratação de pessoas com deficiência pela indústria, que atuava no ramo de produção de compressores e peças, por meio do Projeto ATO. Por se interessar em trabalhar na empresa em questão, participou de todas as etapas exigidas para ser encaminhada ao trabalho e acabou tendo êxito em seu objetivo. No último contato havia se desligado da empresa e estava morando em outra cidade, porém, a escolha de selecioná-la como participante da pesquisa era justamente por ter sido inserida na empresa de seu interesse.

A partir da seleção inicial de 15 pessoas, que foram inseridas no trabalho pelo Projeto, tinham perfil comunicativo para o desenvolvimento de uma entrevista e considerando o aceite em participar do estudo, os entrevistados poderiam ser:

Elisa que não possuía rede social, mas nos registros do Projeto ATO havia um telefone residencial que permitiu o contato com sua mãe, já que em todas as tentativas de contato não se encontrava em casa. Sua mãe informou que ela não se encontrava mais trabalhando na empresa do ramo metalúrgico produtora de compressores e peças, já que encontrou uma oportunidade mais interessante de trabalho no Poupatempo do município de São Carlos.

Gabriel e Melina que possuíam rede social e os mesmos telefones deixados nos registros do Projeto, a pesquisadora entrou em contato com ambos, porém não aceitaram participar do estudo.

Luciana, Marilda, Reginaldo e Vilma não possuíam redes sociais e os telefones deixados nos registros do Projeto ATO estavam desatualizados.

Mário que não possuía redes sociais mas seu contato telefônico era o mesmo, foi desligado da empresa a que o Projeto o encaminhou, após a cessação da estabilidade de um ano assegurada a partir da concessão do auxílio acidentário com espécie 91⁶, concedida pelo INSS, em função de um processo de adoecimento relacionado ao trabalho.

⁶O auxílio acidentário espécie 91 da Previdência Social é concedido ao segurado em decorrência de acidente de trabalho ou de doença profissional. O segurado terá direito de receber o benefício até que tenha condições de retornar ao trabalho e ser habilitado para exercer outra função compatível. Considera-se acidente de trabalho aquele ocorrido no exercício de atividades profissionais a serviço da empresa (típico) ou ocorrido no trajeto casa-

Houve um interesse na participação da pesquisa, porém, os horários do atual trabalho e a esquematização de seus dias de folga não permitiram que ele conseguisse marcar um horário para a realização da entrevista.

Walquíria e Gustavo não atenderam o chamado no número de telefone deixado nos registros do Projeto e não responderam o contato através das redes sociais.

Nesse sentido, foram entrevistados **Sandro, Mirian, Gisele, Junior e Rosa**.

6.2. Os Participantes Entrevistados – Informações Gerais

Conforme apresentado nos **quadros 1 e 2**, entre os cinco participantes entrevistados, dois eram pessoas do sexo masculino e três do sexo feminino, sendo três pessoas solteiras e duas casadas e com idades que variavam entre 29 e 46 anos. Em relação ao tipo de deficiência uma pessoa tinha deficiência múltipla (intelectual e física), uma deficiência auditiva e três deficiência física. Dessas pessoas, duas possuem deficiência congênita, duas adquiridas pelo trabalho e uma adquirida na infância. A formação acadêmica enfatizava o ensino médio e o ramo de atividade dos entrevistados abrangia setor metalúrgico e de serviços.

As entrevistas foram realizadas nos locais escolhidos pelos próprios participantes em sua residência ou em locais públicos, por meio de um roteiro (ANEXO C). Foram gravadas e transcritas, visando o registro com fidedignidade dos dados obtidos.

trabalho-casa (de trajeto). Nesse contexto, o trabalhador empregado é considerado afastado da empresa e tem garantida a estabilidade no emprego de 12 meses após a cessação do benefício (BRASIL, 1991).

QUADRO 2. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA SEGUNDO IDADE, ESTADO CIVIL, FORMAÇÃO, INSERÇÃO PROFISSIONAL E DATA DA ENTREVISTA

Pessoa com deficiência	Idade	Estado Civil	Tipo de deficiência	Formação acadêmica	Inserido pelo Projeto no ramo de atividade	Data da entrevista
Sandro	44	Solteiro	Deficiência intelectual / Sequela de deficiência física congênita	Ensino médio/ curso técnico	Ramo metalúrgico	18/05/2018
Mirian	29	Solteira	Deficiência auditiva congênita	Ensino médio/ curso técnico	Educacional/ comércio varejista	21/05/2018
Gisele	33	Casada	Deficiência física Adquirida pelo trabalho	Ensino médio/ curso técnico	Comércio varejista	02/06/2018
Junior	30	Solteiro	Deficiência física Adquirida na infância	Ensino superior	Ramo metalúrgico/ banco	15/06/2018
Rosa	46	Casada	Deficiência física Adquirida pelo trabalho	Ensino médio/ curso técnico	Praça de pedágio	18/06/2018

Fonte: Própria autora

Sandro foi o primeiro participante a ser entrevistado, o contato inicial se deu por meio do telefone e foi estabelecido rapidamente, bem como o agendamento da entrevista, que aconteceu em sua residência, localizada em um bairro de classe média alta da cidade, onde mora com seus pais. Ele é solteiro e não tem filhos. A entrevista teve duração de 35 minutos e ocorreu em um dia de semana no período da tarde, conforme a escolha do entrevistado.

O participante ficou à vontade durante o tempo em que respondeu ao roteiro de entrevista e se mostrou bastante disponível e feliz em responder todas as questões colocadas pela pesquisadora. Conseguiu elaborar bem as respostas ao roteiro. Ele nunca recebeu auxílio previdenciário e hoje, com 44 anos, tem experiências de trabalho em indústrias de transformação como operador de linha de produção e na consultoria de engenharia de propriedade de sua família, como auxiliar administrativo.

A segunda entrevistada foi **Mirian**, que é solteira e mora com sua mãe em um bairro periférico da cidade. O contato para convidá-la à entrevista se deu através das redes sociais e o agendamento da entrevista foi realizado logo no primeiro contato. A entrevistada escolheu como local para a entrevista uma loja especializada em cookies, com espaço reservado para café. O processo de entrevista durou em torno de 45 minutos e ocorreu no final da tarde.

Ao iniciar a entrevista propriamente dita, a participante revelou estar ansiosa, insegura e preocupada por possivelmente não ser capaz de responder satisfatoriamente à alguma questão colocada pela pesquisadora, porém todo o processo de entrevista se deu de maneira bastante satisfatória.

A terceira entrevistada foi **Gisele**, que é casada e tem dois filhos, sendo uma adolescente de 16 anos e um bebê que à época da entrevista tinha 8 meses. É moradora de região central da cidade, em casa alugada. A pesquisadora se comunicou com ela através das redes sociais e o convite para a entrevista foi aceito prontamente, porém, a entrevista aconteceu passado alguns por conta da rotina familiar de **Gisele**. A entrevista teve uma hora de duração e, conforme sua decisão, ocorreu em sua casa em um final de semana, no período da tarde, não tendo havido intercorrências em sua realização.

O quarto entrevistado foi **Junior**, que recebeu convite para participar da pesquisa através das redes sociais, tendo a entrevista ocorrido, conforme sua solicitação, em uma padaria do município de São Carlos, no período da manhã. A entrevista durou cerca de 1 hora, e transcorreu sem intercorrências. Ele mora com seus pais, irmã e um sobrinho em chácara localizada na área rural do município de Ribeirão Bonito, o mesmo local onde ocorreu o acidente que levou à amputação total - na altura da região de ombro - de seu membro superior esquerdo.

A quinta entrevista foi realizada com **Rosa**, que foi contatada por telefone, o mesmo deixado nos registros do Projeto e se dispôs prontamente a participar da pesquisa. A entrevista foi realizada no período da manhã, na casa da entrevistada, em um bairro periférico do

município de São Carlos e teve duração de 90 minutos. A entrevista foi bastante fluída e permitiu que a participante ficasse à vontade para falar sobre toda sua trajetória de trabalho, seu adoecimento e questões familiares.

7. Categorias de Análise

A partir da análise documental, dos relatos das entrevistase considerando as orientações de Bardin (2010),foi possível elencar categorias fundamentadas na estrutura do roteiro de entrevistas e apresentadas nos itens:

- **7.1** A Vida Antes do Projeto ATO;
- **7.2** A inserção no Trabalho por meio do Projeto e suas Consequências e;
- **7.3** Após a Inserção – Vida que Segue!

Com essas categorias, foi possível discutir de que forma o trabalho, que mobiliza a inteligência, a capacidade de refletir e interpretar pode demonstrar nos seus sentidos o sentimento de utilidade, satisfação, independência, aprendizagem e de pertencimento das pessoas com deficiência (MORIN, 2001; LANCMAN, 2007; SANTOS; CARVALHO-FREITAS, 2018).

Nesse processo também se adquire status social e possibilidade de estabelecer e manter relacionamentos interpessoais e então pode contribuir para uma percepção, que antes era restrita às experiências individuais, para uma transformação do sentimento coletivo, partindo da compreensão trazida por Paiva; Bendassolli; Torres (2015) de que o significado é coletivo e o sentido é pessoal. Essa mudança influenciará a sociedade em aspectos econômicos e sociais (SÁ; LEMOS, 2017).

Por tudo isso, tomou-se categorias de análises que demonstram as mudanças ocorridas na vida de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho e quais as produções de sentidos em suas vidas a partir disso.

7.1. A Vida Antes do Projeto ATO

Segundo a RAIS (BRASIL, 2015), entre as cinco ocupações que mais empregavam pessoas com deficiência, destacavam-se 10% das pessoas contratadas como auxiliar de escritório, 7% contratadas como assistente administrativo, 4% contratadas como alimentadoras de linha de produção, 3% contratadas como faxineiras e 2 % como embaladores, demonstrando que em sua maioria essa população ingressava em trabalhos que exigiam pouca ou nenhuma qualificação (SAMPAIO; FERREIRA, 2019).

Essa prática de empregabilidade e as outras formas de inclusão social podem ser inicialmente demonstradas no **quadro 3**, que descreve A Vida Antes do Projeto ATO, por meio de duas subcategorias:

- a) Experiências de Trabalho anteriores ao Projeto ATO;
- b) Vida Cotidiana antes de Participar do Projeto ATO.

QUADRO 3 - A VIDA ANTES DO PROJETO ATO

PCD	Idade	a) Experiências de Trabalho anteriores ao Projeto ATO	b) Vida Cotidiana antes de Participar do Projeto ATO
Sandro	44	Experiências em indústrias como operador de linha de produção. Possui experiência como auxiliar administrativo pela consultoria de engenharia da família, nas funções de digitalização de documentos, arquivo e atendimento ao cliente.	Trabalhava no escritório da família quando foi incluído no Projeto, localizado no mesmo endereço da residência familiar. Não tinha uma rotina de trabalho definida. Tinha uma vida social restrita amigos da família, que também eram seus prestadores de serviço. Fazia viagens e passeios em família. Nunca recebeu qualquer benefício da Previdência Social. Praticava esportes, realizava tratamento fisioterapêutico através de pilates e exercícios funcionais.
Mirian	29	Trabalhou em indústria do ramo têxtil com Auxiliar de acabamento e em grupo empresarial atuante nas áreas de engenharia, agronegócio, pedreira, concreteira e empreendimentos imobiliários, como recepcionista.	Não estava trabalhando antes de ser inserida no Projeto. Não saía muito e não realizava atividades de lazer, tinha apenas participado de cursos técnicos de secretariado, computação, administração. Sua rotina era mais restrita a permanecer em casa e ajudar sua mãe no que fosse necessário. Não recebia benefício da Previdência Social. Não fazia qualquer tratamento para manutenção de sua saúde ou aumento de suas potencialidades. Estava estudando.
Gisele	33	Possuía experiência em empresa do ramo têxtil e em indústria alimentícia como operadora de linha de produção e informalmente como vendedora autônoma de produtos.	Não estava trabalhando quando ingressou no Projeto. Não saía muito e não realizava atividades de lazer que tenha relatado nas análises documentais e entrevistas. Não tinha qualquer cuidado em saúde por conta de sua deficiência. Morava com os pais e uma filha pequena. Sua rotina se restringia ao cuidado da casa, sobretudo o cuidado com sua filha. Não recebia benefício previdenciário, apenas um valor acordado com a empresa que sofreu acidente de trabalho como uma espécie de indenização. Estava estudando.
Junior	30	Possuía experiência informal de ajudante na indústria produtora que o pai administrava.	Não estava trabalhando formalmente quando iniciou sua participação no Projeto. Seu trabalho era sazonal ajudando o pai, porque era solicitado ou porque queria dinheiro para lazer. Não tinha qualquer cuidado em saúde por conta de sua deficiência e não recebia benefício previdenciário. Morava com a família. Não tinha expectativa sobre como seria seu dia a dia, não tinha motivação. Estava estudando.
Rosa	46	Trabalhou em indústria de fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório como operadora de linha de produção.	Estava afastada pela Previdência Social e participava do programa REABILITA (permaneceu em afastamento por 9 anos e 11 meses). No momento da inserção do Projeto ainda recebia auxílio doença previdenciário. Relata que ficava em casa o tempo todo apenas cuidando da família, como rotina. Fazia tratamento por conta das dores advindas da fibromialgia e depressão.

Fonte: Própria autora

Conforme o quadro 03 sobre **as experiências de trabalho anteriores ao Projeto ATO**, observou-se que todos os entrevistados tinham alguma experiência, sendo **Sandro**, **Mirian** e **Rosa** apenas no mercado de trabalho formal, **Gisele** no mercado de trabalho formal e informal e **Junior** informalmente, como ajudante da empresa de beneficiamento de farinha administrada por seu pai.

As indústrias empregadoras dos entrevistados tinham um quadro total de funcionários que as obrigava a cumprir a Lei de Cotas, à exceção da empresa de fabricação de salgadinhos em que **Gisele** trabalhou e não possuía um quadro de funcionários total passível de atender à legislação.

Gisele e **Rosa** possuíam experiências apenas como operadoras de linha de produção de fabricação de alimentos e na produção de canetas, lápis e outros artigos para escritório, respectivamente. **Mirian** havia trabalhado como auxiliar de acabamento, em indústria do ramo têxtil e secretária em empresa atuante nas áreas de engenharia, agronegócio, pedreira, concreiteira e empreendimentos imobiliários. **Sandro** possuía experiência como operador de linha de produção em indústria alimentícia e em indústria de tecnologia no ramo de optoeletrônica, além de trabalhar como auxiliar administrativo em empresa familiar. **Junior** não tinha um trabalho bem definido, realizando quaisquer atividades que lhe eram solicitadas.

Observa-se então que os entrevistados com experiências de trabalho em mercado formal desempenhavam funções operacionais, que lhes exigia menos intelectualmente, não lhes demandando muita qualificação e reproduzindo a mesma lógica das pessoas sem deficiência, ou seja, desenvolvendo vantagens aos processos de acumulação, onde a execução de tarefa com mais repetição, menos complexidade de execução, um investimento financeiro menor da empresa para treinar cada indivíduo e também em locais, onde não se exigia um estereótipo corporal padronizado (GÖDKE, 2010; MAIA; CARVALHO-FREITAS, 2015). A concepção do operador na linha de produção, nesse caso, é o cumprimento da lei e, após isso, o quanto essa pessoa é capaz de produzir “*como peças de uma grande engrenagem que não podia ter seu funcionamento interrompido*” (MAENO; TAKAHASHI; LIMA, 2009, p.55).

Se parte disso é decorrente da baixa qualificação das PcD, fruto também da exclusão a que são submetidas, deve ser considerado também a persistência do preconceito sobre sua

capacidade, que as leva a empresas obrigadas a contratar para, meramente, cumprir a lei, e não para promover maior inclusão social (SAMPAIO; FERREIRA, 2019).

Corroborando com as afirmações acima sobre os estereótipos, apenas **Mirian** teve oportunidade de trabalhar em setor diferente da linha de produção, na função de secretária, pois tinha uma boa aparência e um nível relacional diferente, mais do que **Sandro**, por exemplo, que possuía experiência em função administrativa, mas em empresa familiar, onde executava atividades de cunho repetitivo, por exemplo, digitalizar e arquivar documentos.

Esses resultados levam a inferir que para o cumprimento da Lei de Cotas, além da deficiência é importante considerar como a pessoa se apresenta visualmente, isto é, a sua aparência corporal, condições que são determinantes e influenciam o processo de contratação de pessoas com algum tipo de deficiência (MAIA; CARVALHO-FREITAS, 2015), ou seja, não se emprega por que essas são pessoas passíveis de contribuir com a proposta de trabalho da empresa, mas sim porque há a obrigação de contratar pessoas com deficiência e mesmo assim, permanecem os critérios relacionados à aparência pessoal, também presentes em alguma medida para os demais trabalhadores.

Em relação à **Vida Cotidiana antes de Participar do Projeto ATO**, na época da inserção, apenas **Sandro** estava trabalhando, mas não tinha uma rotina de horários pré-definidos e também mantinha atividades sociais, de lazer e de cuidados à saúde com frequência. Ele estava integrado apenas porque desempenhava a atividade de trabalho com o seu grupo social, porém, não a desenvolvia da mesma forma que sua família, era uma experiência de um trabalho mais operativo e repetitivo, considerando as suas limitações motora e intelectual e suas habilidades.

Junior ficava mais em casa e à época da inserção no Projeto apenas ajudava o pai quando era solicitado e não mantinha qualquer tipo de acompanhamento em saúde, além de não possuir qualquer benefício social.

Mirian também não possuía benefício e dependia financeiramente da mãe, ajudando nas atividades domésticas, porém, sem a responsabilidade pela organização do cotidiano familiar. Não saía muito, não realizava atividades de lazer e nem acompanhamento em saúde em razão de sua deficiência.

Gisele recebia uma espécie de indenização da empresa em que sofreu o acidente e foi a responsável por sua limitação, não tendo outra atividade de trabalho. Ela cuidava da organização da rotina familiar, não mantinha atividade de lazer ou acompanhamento em saúde.

Rosa antes de se inserir no Projeto, encontrava-se afastada, no setor de reabilitação profissional da Previdência Social, recebia auxílio doença previdenciário, mas não mantinha vínculo empregatício com a empresa em que adoeceu, se mantendo nessa condição por nove anos e 11 meses, quando teve alta da reabilitação e ficou desempregada. Ela cuidava da rotina familiar e fazia acompanhamento em saúde.

Assim, os entrevistados **Mirian, Gisele, Junior e Rosa** não tinham uma condição familiar que possibilitasse a utilização de seus recursos financeiros para outros fins diferentes da sobrevivência. Não saíam muito de casa e tinham uma socialização restrita à família e aos cursos de capacitação que realizavam.

Em contrapartida, para **Sandro** a vida antes não era vista como um problema em relação a não ter acesso a uma série de experiências, ele tinha alguns acessos no que dizia respeito à integração, acompanhamentos em saúde que os outros não tinham, porque estavam afastados pela previdência ou não tinham condições financeiras. Assim, os sentidos do trabalho, como uma forma e uma possibilidade de sobrevivência que são colocados para algumas classes sociais, não estão elencados para este participante, pois sua sobrevivência, atividades de lazer e cuidados em saúde estavam garantidos pela família. Para **Sandro** o trabalho promovia uma espécie de rotina necessária para a sua vida social.

Além disso, as suas experiências de vida não significavam um isolamento ou uma restrição nas atividades sociais ou relacionais pela deficiência. Havia outras restrições, já que não atendia aos padrões de desenvolvimento pessoal ou de ascensão e de profissionalização esperados pela sua classe social e por sua família.

Infere-se então que o trabalho para alguns participantes permite um lugar fundamental na vida em nossa sociedade (TOLDRÁ, 2013) e na vida adulta ele é alvo de valorização, onde *“os sujeitos e conseqüentemente as suas possibilidades de lazer são valorizados pela sua capacidade de consumo”* (SILVA, et. al, 2011, p.43), ou seja, a questão econômica determina

a distribuição do tempo disponível entre as classes sociais e as oportunidades de acesso a lazer, bens materiais, cuidados com o corpo para além da questão de saúde e doença.

Para os outros participantes, o trabalho poderia ser visto com uma forma de resignificação da participação social nos diferentes cenários da vida. Então, se não existe acesso ao trabalho, existe um prejuízo social, uma vez que sua existência promove ganho sendo um fator de pertinência a grupos, de acesso a salários e direitos sociais (LANCMAN, 2007, p. 274).

O trabalho também pode ser visto como

uma fonte na mudança de paradigma da vida das pessoas com deficiência, garantindo um grau do que a sociedade entende como normalidade, sendo um meio de reconhecimento das competências profissionais e uma forma de respeito à diversidade (TOLDRÁ, 2013, p. 59).

Essa afirmação se ratifica na fala de **Junior**:

“Antigamente a gente levantava para trabalhar sem motivação... Sem saber o que ia acontecer durante o dia, né... Então o que acontecia era lucro pra gente de diferente... Hoje não, hoje a gente levanta mais motivado porque sabe que tem alguém nos esperando também e tem um compromisso para cumprir... Então isso que é motivador, interessante. Ah, é uma sensação boa, né! Porque a gente pode planejar, fazer plano, consegue fazer as coisas... Então é muito bom assim! Porque antigamente a gente não podia fazer planos, tinha que esperar o que ia acontecer no dia a dia... Agora não a gente pode antecipar as coisas... Então é bem legal isso!”

A vida cotidiana trazida por meio do trabalho também é uma forma de manter a saúde física e mental de cada indivíduo, ou seja, **Rosa** ficava somente cuidando das outras pessoas e de sua casa, então de alguma forma não se sentia valorizada e nem tão pouco produtiva, conforme revela:

“Naquela época eu me sentia muito meio que inútil.... Uma pessoa meio que inútil porque né.... Você não trabalhava, você ficava muito em casa, né? E eu ficava muito sozinha porque meu filho trabalhava, minha filha ia para a escola, meu marido trabalhava. Eu ficava em casa o dia inteiro sozinha. (...). Sim, eu vivia doente, porque assim eu vivia com crise da fibromialgia, eu tinha crises direto, tinha dor direto. ”

O trabalho é visto como um fator transformador na vida cotidiana e como uma matriz da organização da rotina de vida dos sujeitos, bem como ser um promotor da ampliação de participação social e uma mudança paradigmática na vida das pessoas com deficiência, mesmo que em condições de trabalho que implicam em sofrimento, por vezes, semelhantes aos demais trabalhadores.

7.2. A inserção no Trabalho por meio do Projeto e suas Consequências

A partir do delineamento da trajetória de vida de cada participante da pesquisa, foi criada uma segunda categoria de análise, demonstrada pelo quadro 04, “**A inserção pelo Projeto**”. Essa categoria dialoga com a construção de percursos formativos e de vida de cada participante considerando:

- a)** Atividades e Cursos de qualificação realizados na época do Projeto (concluídos e em andamento);
- b)** O trabalho indicado;
- c)** As Relações Interpessoais no trabalho.

QUADRO 4 - A INSERÇÃO NO TRABALHO POR MEIO DO PROJETO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

PCD	a) Atividades e Cursos realizados durante o projeto (concluídos e em andamento)	b) Sobre o trabalho indicado	c) Relações Interpessoais no trabalho
Sandro	Participou do curso de assistente administrativo na FESC.	Encaminhado para trabalhar em indústria metalúrgica de compressores e peças, como operador de linha de produção, onde permaneceu por 4 meses, onde a atividade de trabalho tinha ritmo acelerado e sem pausas. Foi desligado da empresa, por não se atentar às normas de segurança prescritas pelo Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.	Conheceu pessoas, mas não se relaciona com elas pessoalmente.
Mirian	Concluiu curso de Recursos Humanos ofertado pelo SENAC e um cursinho pré-vestibular.	Encaminhada para duas empresas, uma no ramo de comércio varejista, para exercer a função de operadora de caixa e outra escolar, como auxiliar de recursos humanos. Trabalhou nos dois lugares ao mesmo tempo por 3 meses. Optou por ficar somente na escola, pois era o lugar que mais gostava de trabalhar e que julgava ter mais perspectivas de crescimento. Há 7 anos trabalha nessa escola.	Fez muitos amigos no trabalho e mantém um bom relacionamento fora dele com essas pessoas.
Gisele	Concluiu curso técnico em serviços jurídicos pelo SENAC.	Foi encaminhada para empresa do ramo varejista, para trabalhar como auxiliar de crediário, passando pelo setor de montagem até chegar ao cargo atual de analista de crédito. Está trabalhando no local há 7 anos.	Fez amigos no local de trabalho e mantém relacionamento próximo até os dias atuais.
Junior	Cursando administração de empresas.	Teve duas indicações pelo Projeto ATO: uma foi em empresa do ramo metalúrgico, como analista de recursos humanos, onde permaneceu por 2 anos; e a segunda em instituição bancária e onde se mantém trabalhando há 6 anos.	Fez muitos amigos nas duas empresas que foi indicado pelo Projeto e mantém bom relacionamento até os dias atuais.
Rosa	Concluiu curso técnico de assistente administrativo pelo PlanTeQ ⁷	Foi indicada para trabalhar em empresa Concessionária de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados para exercer a função de arrecadadora. Trabalhou no local por 2 anos e 9 meses.	Fez amigas que mantêm até os dias atuais.

Fonte: Própria autora

Sobre as **Atividades Cursos de qualificação realizados na época do Projeto (concluídos e em andamento)** todos os participantes passaram por algum curso durante o período em que estavam participando do Projeto, além do ofertado de habilidades para o trabalho, porém apenas **Junior** estava matriculado em curso de nível superior. **Mirian** tinha alguma intenção de ingressar em nível superior, já que fazia um curso pré-vestibular durante a permanência no Projeto. Os outros participantes **Sandro, Rosa e Gisele** fizeram cursos técnicos em áreas administrativas e de direito.

Em alguns estudos como nos de Lancillotti (2003) e Gödke (2010) há maior prevalência da deficiência física, seguida da deficiência auditiva na ocupação de vagas no mercado de trabalho, uma vez que esse fenômeno pode estar relacionado com o acesso a oportunidades de maior escolarização, viabilizada por meio de recursos de tecnologia assistiva, os quais facilitam o acesso e a permanência no trabalho. Essa condição é observada em **Mirian, Junior, Gisele e Rosaque**, a partir de seus cursos de qualificação, habilidades e anseios profissionais, foram encaminhados e absorvidos em áreas administrativas.

Mirian teve indicações em duas empresas, uma no comércio varejista, como operadora de caixa e outra em escola, como auxiliar de recursos humanos. Trabalhou nos dois lugares ao mesmo tempo por um período de 3 meses, mas optou por ficar somente na escola, que era o local em que mais gostava de trabalhar, além de nele vislumbrar maiores possibilidades de progressão profissional:

“ (...) o gerente de lá (da Lojas Cem) queria me contratar, para ficar lá em tempo integral. Só que a minha intenção era trabalhar no escritório...né? Mais tranquilo, sossegado. Então eu falei, ahhh, deixa para outra oportunidade. Porque eu já estava no colégio né? E minha intenção era (crescer na escola)...”

⁷ O Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ) utiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a execução das ações de qualificação voltado à capacitação profissional dos cidadãos, que tenham concluído, ou cursando o Ensino Médio, que buscam inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2003).

Junior foi encaminhado para duas empresas, a primeira no ramo metalúrgico, como analista de recursos humanos, onde permaneceu por um período de dois anos, realizando a contratação de outras PcD que viriam a trabalhar na empresa e também funcionários sem deficiência. Após esse tempo pediu demissão para trabalhar em instituição bancária, a segunda empresa para a qual foi encaminhado. Lá se mantinha trabalhando há seis anos desempenhando o atendimento ao cliente na função de caixa. Sobre seu primeiro dia de trabalho na indústria metalúrgica afirmou:

“Meu primeiro dia... Eh, foi bem difícil chegar assim em uma empresa grande né, porque eu estava acostumado numa cidade pequena, onde eu ficava. Mas o pessoal me acolheu super bem! Foi bem interessante, bem acolhedor.”

Gisele, apesar da formação técnica em serviços jurídicos, não se inseriu em vaga compatível com sua formação, uma vez que não demonstrou interesse em seguir carreira nesta área:

“É eu fiz porque eu queria aprender um pouco mais de leis, que eu gosto, mas procurar emprego também não procurei. Para mim, (o curso) seria para trabalhar mais em escritório de advocacia e esse não era meu foco no momento, procurar emprego na área jurídica ao terminar o curso. ”

Ao ingressar no Projeto, por não demonstrar interesse em seguir carreira profissional em sua área de formação, **Gisele** foi encaminhada para vaga em comércio do ramo varejista, para trabalhar como auxiliar de crediário, estando hoje na função de analista de crédito. Está na empresa há sete anos. Na empresa, iniciou suas atividades como auxiliar de crediário e de organização (notas e atendimento ao público), passou a fazer parte do setor chamado montagem, onde organizava as notas que seriam realizadas para as montagens de móveis, quais montadores iriam para cada lugar e o tipo de serviço que cada um faria e, três anos depois foi promovida como analista de crédito. Nessa última função, também treinava novos

funcionários (com e sem deficiência) para desempenhar a mesma função que a sua. Sobre o sentimento de trabalhar, declara:

“Quando eu chego penso em dar o melhor de mim, atender às pessoas da melhor forma possível, ensinar as meninas que não sabem...”

O perfil de liderança de Gisele já havia sido observado na análise documental do Projeto e corrobora com seu desempenho nas atividades atuais. Ela ainda compara suas experiências de trabalho anteriores em empresa do ramo têxtil e em indústria de alimentos, com a sua atual oportunidade de trabalho:

“Eu trabalhei é... em linha de produção. Totalmente diferente o serviço, o serviço, o ambiente, totalmente diferente. Hoje é atendimento ao público, antes não, antes era linha de produção.”

Rosa estudava em curso técnico de assistente administrativo ofertado pela Previdência Social, durante o período em que participou do Projeto. Foi encaminhada para trabalhar em empresa Concessionária de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados para exercer função de atendente de usuários, porém não foi incluída nesta vaga imediatamente, passando por posterior contratação na função de arrecadadora, como descreve:

“Eu fui trabalhar como operadora de pedágio. Era um serviço que não era um serviço tão difícil... Porque era você fazer a cobrança de pedágio, tinha um computador que você tinha as teclas que você apertava e colocava o valor que você pegava do cliente, colocava... apertava a marca troco, saía o valor, você entregava... Era essa parte mais né... E tinha algumas coisas que a gente tinha que anotar, algumas coisas que aconteciam que tinham algumas... Alguns.. Algumas pessoas que passavam ali ARTESP, Polícia Civil, Polícia Militar...”

ham... polícia...Eu trabalhava seis por dois né? Eu trabalhava seis dias e folgava 2...era assim... Às vezes era estressante, dependia o movimento né? A única coisa que eu não fazia era trabalhar na V.I⁸.”

Esse último posto de trabalho foi ofertado pela empresa, que não acessou a equipe do Projeto para fazer avaliação do posto de trabalho e o acompanhamento de suas atividades. Nesta empresa permaneceu trabalhando por dois anos e nove meses até ser demitida, após afastamentos frequentes ocasionados por novo adoecimento relacionado ao trabalho, uma hérnia de disco em coluna lombar, entre L4 e L5. Sobre seu trabalho na empresa relatou:

“Eu trabalhava seis por dois né? Eu trabalhava seis dias e folgava dois...era assim... Às vezes era estressante, dependia do movimento né? E assim, tinha bastante... Tinha chefe, supervisor (...) Mas assim, o serviço eu gostava de trabalhar, eu mexia com dinheiro o dia inteiro, eu gostava de trabalhar na empresa... O problema da empresa era que assim ... Enquanto eu estava bem trabalhando lá, eu era uma excelente funcionária... A partir do momento que eu desenvolvi uma hérnia de disco lá...”

Em relação a **Sandro**, por conta da experiência de trabalho em duas indústrias, foi indicado para trabalhar em empresa do ramo metalúrgico produtora de compressores e peças, onde ficou por apenas quatro meses. Sobre essa experiência, relatou que gostou de trabalhar e discorre sobre seu primeiro dia na empresa:

⁸Área na praça de pedágio que o operador libera a cancela para quem fica parado por algum problema no aparelho que contém sistema de pagamento eletrônico

“Eu conheci as partes onde ia trabalhar... (risos). Eh... Eu conheci mais ou menos as áreas onde eu ia trabalhar... Aí depois, eu já fui... Aí depois eu já fui trabalhar já... (...) Na linha de montagem... (...) Eu montava os motores para a geladeira. (...) Era tipo um mecanismo que tinha um... que tinha que colocar umas borboletinhas por dentro... Aí passava... aí passava na bancada... aí passava e aí tinha que colocar essas borboletinhas por dentro para passar para o outro.”

Sobre o primeiro dia de trabalho, o relato de **Sandro** se dá de uma “forma mais mecânica”, relatando o que viu na empresa e no posto de trabalho onde ia executar sua tarefa, não revelando quaisquer tipos de percepções subjetivas a respeito do que sentiu na empresa ou especificamente o que sentiu em seu primeiro dia de trabalho.

Outra situação que apontava para uma forma de viver mais objetiva sem citar sentimentos ou sensações por conta de estar trabalhando, é observada na forma como fala sobre sua rotina antes e depois do trabalho na indústria de fabricação de compressores e peças:

“(...) eu levantava de manhã, às vezes o enteado do meu primo... o Fernando me levava e depois me buscava e, deixa eu lembrar aqui... e...depois que eu saía do serviço eu lembrava que tinha academia à tarde”.

Porém, quando a pesquisadora perguntou mais diretamente o que Sandro sentia ao trabalhar e o que significava trabalhar para ele, respondeu:

“Eu gostava... (...) Ah... significava. arrumar mais amigos e se enturmar mais, aprender mais coisas novas.”

Mesmo atendendo à rotina imposta pela linha de produção, foi desligado da empresa por acreditar não ter seguido as normas de segurança do trabalho indicadas pela equipe do SESMT, segundo afirmação:

“É porque tem uma vez no serviço que eu fui querer ajudar na... Foi problema de... não sei se era conduta ou se era por causa de... era má atenção ou problema também do RH também. Não, acho que foi má conduta. Porque um dia eu fui querer ajudar e coloquei a cabeça dentro da máquina. E lá tinha perigo de se machucar. Fui chamado à atenção”.

Nesse caso não foram considerados alguns quesitos que abrangiam outras demandas não tão evidentes no momento da adaptação ao posto de trabalho, como o treinamento prévio e a observação de **Sandro** em seu posto de trabalho. E, nesse sentido, sabe-se que para a permanência no trabalho principalmente de pessoas com restrições mais complexas, há necessidade de uma rede de suporte maior.

Após esse período na empresa, permaneceu no escritório de consultoria familiar desenvolvendo atividades como auxiliar administrativo, por um período de oito anos, onde realizava o arquivamento físico de documentos, ações de digitalização, atendimento e recepção de clientes, sem uma rotina fixa de trabalho e de vida. Pelo relatado, ainda faz serviços pontuais na empresa, como descrito abaixo:

“Tem dias que eu chego que às vezes eu ajudo, por exemplo, semana passada veio... entre a semana passada e essa, deixa eu ver... vieram duas, quatro, cinco revistas para digitalizar. Eu digitalizei as cinco...”

Diante do exposto observa-se que pessoas com deficiência intelectual ou múltipla são menos absorvidas em postos de trabalho não operacionais, seja por estigmas a respeito do diagnóstico e as limitações impostas pela deficiência, ou ainda pelo questionamento das

empresas sobre a capacidade laborativa e a produtividade dessas pessoas (PEREIRA; PASSERINO, 2012).

Neste estudo, a trajetória de trabalho percorrida por **Sandro** pode ser justificada pela afirmação anterior, pois apesar de ter realizado o curso de assistente administrativo, sua experiência de trabalho incluindo a oportunidade viabilizada pelo Projeto foi em linha de produção.

Outro viés que pode ser observado durante o processo de inclusão no trabalho e que compõe a trama de seus sentidos são as **Relações Interpessoais no Trabalho**, definidos como processos facilitadores de trocas em relação a conhecimento profissional e experiências do cotidiano. Essas relações promovem uma “*reconstrução coletiva de interação, comunicação e ação, revigorando o trabalhador*” (p. 1918). Essa interação é fundamental ao ser humano para desenvolver o trabalho em equipe (FERNANDES; THOFEHRN; PORTO et al., 2015).

Todos os participantes da entrevista, à exceção de **Sandro**, estreitaram suas relações para além do ambiente de trabalho e quando questionado sobre se fez amizades na empresa relata:

“Assim?... Consegui conhecer... Conheci uma que era, que era conhecida de uma prima minha, que se chama Larissa. (...) Um tal de Rafael que era do meu setor, conheci um tal de Sandro que era da... que mexia com a parte do... que vira e mexe representante dos sindicatos dos metalúrgicos. Daqui de São Carlos... Ah que eu me lembro são só esses dois só.”

Hipóteses são levantadas a respeito disso: por pertencer a uma classe social diferente das pessoas de seu trabalho e ter relatado durante o processo de entrevista que fez viagens nacionais e internacionais, tem acesso a lugares onde se exige um poder aquisitivo maior, o que poderia ter restringido o diálogo com pessoas de classes sociais diferentes da sua, já que o conjunto de suas experiências produz, de uma certa maneira, uma cultura diferente do grupo de trabalho do qual fez parte.

Outra hipótese é o próprio estigma das pessoas que se relacionaram com **Sandro** de alguma forma, uma vez que “*a convivência não dirime totalmente o menosprezo e o*

preconceito das relações, pois continuam existindo previsões socialmente constituídas por meio das categorias nas quais somos todos ‘encaixados’” (FERNANDES; DENARE, p.78, 2017).

Para pessoas como **Sandro**, com um corpo fora dos padrões, marcado pela deficiência, é feita uma comparação com um corpo imperfeito, com algo frágil e inferior que, de alguma forma se nega para não ser acolhido e as pessoa não serem igualladas a essas que são diferentes. *“O estigma, por ser uma marca, um rótulo, é o que mais evidencia, possibilitando a identificação. Quando passamos a reconhecer alguém pelo rótulo, o relacionamento passa a ser om este, não com o indivíduo”* (SILVA, 2006, p. 427).

Além do mais, a deficiência intelectual permite trajetórias de vida diferentes de pessoa para pessoa, sendo uma possibilidade de desenvolvimento entre condições ambientais, subjetivas e culturais (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Já os outros participantes estreitaram suas relações para além do ambiente de trabalho, como **Gisele** que fez muitos amigos e mantém com eles uma relação próxima até os dias atuais, conforme destaca:

“Vixe, fiz muitos amigos, que encontro até hoje: Tem a Magnólia... tem a Reyla, tem a Janaína que já não estão mais na empresa. Tem a Luciene. Elas são da mesma área, só que de funções diferentes. Até hoje nos vemos e falamos.”

Mirian também falou sobre as pessoas com quem desenvolveu uma convivência:

“ Fiz muitos amigos lá, mas é raro a gente sair, se encontrar em algum lugar assim... É mais na escola. ”

Junior mantém boa convivência com todos, conforme aponta:

“ Fiz Muitos amigos! (...) Tenho contato até hoje porque a gente combina algumas coisas de churrasco com o pessoal com familiares deles. E o bacana quando o pessoal vem até o banco também, eles lembram de mim e falam porque eu não voltei

mais para lá. Eles sentem saudades também. (...). Eu tenho esse costume de manter essa amizade de sair, conversar e manter o contato com o pessoal, até porque o Santander, onde eu trabalho tem um PAB, um POSTO DE ATENDIMENTO [BANCÁRIO], que fica dentro da (indústria produtora de compressores e peças) também. Então eu trabalhei no banco dentro da indústria também. Então, praticamente eu mantive o contato com todo mundo.”

Rosa também destaca seu estreitamento de relações com colegas de trabalho:

“Fiz muitos amigos sim, mas não de sair muito. Porque eu nunca fui muito assim de sair, mas sim, saí uma vez, eu fui com a turma de lá uma vez, nós fomos no Almanach, que a Luciana, a cunhada dela tocava lá, e uma vez ela chamou para ir, eu fui sim, fiz várias vezes churrasco, participei de vários churrascos nas casas deles... Inclusive eu tenho amizade com algumas pessoas até hoje. (...). Eu tenho amizade com várias pessoas de lá ainda. Encontro. Inclusive tem uma que eu tenho o contato dela, já fui na casa dela, a gente se fala por telefone... eu tenho bastante amizade com ela. (...). Todas as amizades que eu tenho a maioria é tudo do posto de arrecadação. ”

Com isso, observa-se que para os entrevistados a inclusão em espaços de trabalho propiciou em seus ambientes a possibilidade de novos relacionamentos interpessoais, inclusive com adaptação às regras e normas, além do engajamento do corpo no trabalho, permitindo a execução de novas atividades na rotina diária (LIMA et al., 2013). Com isso, os percursos de cada entrevistado, durante a fase em que se inseriram no Projeto, promoveram oportunidades para construção individual dos sentidos do trabalho.

7.3. Após a Inserção – Vida que segue!

A última categoria de análise, **A vida Após a Inserção no Projeto ATO**, representada pelo quadro 05 e subdividida nas subcategorias:

- a) O trabalho após o encerramento do Projeto;
- b) Organização familiar e financeira;
- c) Redes de apoio;
- d) Vida Cotidiana;
- f) Impactos na vida causados pelo trabalho.

Essas subcategorias sugerem razões para se explorar os sentidos do trabalho dos participantes da pesquisa com propriedade ainda maior, já que o esperado é que essas pessoas com deficiência tenham saído de uma espécie de isolamento social e com isso tiveram oportunidades de superar as restrições de participação, passando a ocupar e criar seus próprios espaços de circulação pessoal e social.

QUADRO 5 - A VIDA APÓS A INSERÇÃO

PcD	O trabalho após o encerramento do Projeto	Organização familiar e financeira	Redes de apoio	Vida Cotidiana após a inserção no Trabalho e encerramento Projeto ATO	Impactos na vida causados pelo trabalho
Sandro	Trabalhou por um período de 8 anos em escritório de consultoria da família.	Em sua casa vivem o entrevistado, o pai e a mãe. A renda principal da família advém dos resultados da empresa familiar	Família: mãe e pai Terapeutas (fisioterapeuta e terapeuta ocupacional)	Quando necessário atua como auxiliar administrativo no escritório familiar. Trabalha diariamente como aprendiz em empresa do ramo educacional (SENAC), como aprendiz de assistente administrativo. Participação social com amigos da família. Frequenta academia para exercícios funcionais e pilates. Morador de bairro classe média alta.	Não sente ter sofrido alguma dificuldade. Refere que o trabalho indicado pelo Projeto era bem mais pesado em relação ao que está hoje. Afirma que o trabalho atual o deixa feliz, faz com que aprenda mais coisas.
Mirian	Mantém-se trabalhando na escola no setor de recursos humanos e tesouraria.	Em sua casa vivem a entrevistada e sua mãe. A renda familiar é composta do salário da entrevistada e da mãe, sendo a maior renda a de Mirian.	Família, principalmente a mãe, que se sente orgulhosa de seu progresso no mundo do trabalho, e o namorado.	Trabalha de segunda à sexta e aos finais de semana sai com o namorado. Moradora de bairro periférico da cidade de São Carlos. Sai com frequência.	Conseguiu carro e casa própria com seu trabalho. Sai mais, relata relacionar-se mais após o trabalho. Pensa em fazer uma graduação em gestão escolar para continuar no segmento escolar. Sente-se uma pessoa independente, que consegue fazer tudo e realizar sonhos a partir desse trabalho. Coloca-se como uma pessoa normal, sem deficiência. Hoje não mudaria nada em sua vida. No início do trabalho sofreu preconceitos das pessoas, que acreditavam que ela não tinha capacidade de desempenhar suas atividades.
Gisele	Mantém-se trabalhando na mesma empresa indicada pelo Projeto ATO, mas em função diferente da inicial.	Em sua casa vivem a entrevistada, seu esposo, uma filha adolescente e um bebê A renda familiar é composta pelos salários da entrevistada e de seu esposo.	Família	Sai pouco devido à rotina de trabalho. Moradora de região central da cidade de São Carlos. Refere que tinha mais tempo livre antes de começar a trabalhar na empresa em que está hoje. Pretende se desligar da empresa para ficar em casa e cuidar da família	Afirma não ter metas, planos e nem estudos. Afirma ter sido vítima de preconceito durante o processo seletivo na empresa em que está trabalhando.
Junior	Mantém-se trabalhando na mesma empresa indicada pelo Projeto ATO	Compõe renda familiar juntamente com a do pai e da irmã mais velha.	Família, principalmente sua mãe.	Hoje sua vida é bastante corrida. Está concluindo o curso de graduação em administração de empresas. Faz academia diariamente. Aos finais de semana frequenta missa e grupo de corrida. Refere não ter sofrido preconceito por ser uma pessoa com deficiência em nenhuma das empresas que trabalhou. Morador de área rural de Ribeirão Bonito	Almeja evolução de cargo na empresa em que está trabalhando. É considerado o operador de caixa mais produtivo e tem sido cobrado para terminar sua graduação para ser promovido. Levanta mais motivado para trabalhar, ao contrário do que ocorria antes de trabalhar.
Rosa	Passou por outras três empresas, dois no comércio varejista alimentício e 1 em organização hospitalar onde se mantém trabalhando há quatro anos.	Em sua casa vivem Rosa, o marido e dois filhos. Compõe renda familiar	Família. Psicólogo Grupo de oração. Psicoterapeuta	Tem saído pouco por conta de também ser cuidadora dos pais idosos nos dias de sua folga de trabalho no hospital. Moradora de bairro periférico de São Carlos.	O trabalho permitiu que saísse de casa, se tornasse independente e menos depressiva. Adoeceu na empresa que foi indicada pelo Projeto. Almeja mudar para outra empresa do ramo hospitalar, mas que remunere melhor os funcionários.

Fonte: Própria autora

Após o encerramento do Projeto **Mirian, Gisele e Junior** se mantiveram trabalhando nos mesmos locais indicados, nas funções de assistente de recursos humanos, analista de crédito e operador de caixa, respectivamente.

Sandro continuou, por um período de 8 anos, trabalhando exclusivamente na empresa familiar e, no momento da entrevista, estavamatriculado no curso de aprendiz de assistente administrativo do SENAC, local que também mantém contrato para estágio remunerado em diversos setores da instituição comoo atendimento ao público, departamento pessoal, biblioteca, departamento de contas a pagar e receber e setor pedagógico.

Rosa foi desligada da empresa em que o Projeto intermediou a vaga, após aproximadamente três anos de trabalho, passando por outras duas empresas do comércio varejista alimentício, até chegar à empresa em que se encontra trabalhando, que é prestadora de serviços hospitalares, porém sem ocupar cargo por meio de reserva de vaga para pessoas com deficiência.

No que diz respeito à **organização familiar e financeira**, bem como à **rede de suporte**, **Sandro** vive com o pai e a mãe, tendo neles seu principal apoio incluindo o financeiro. Seu salário é depositado em caderneta de poupança, faz tratamentos de reabilitação em saúde de fisioterapia e terapia ocupacional com a finalidade de ganhos de mobilidade física e melhora na autonomia e independência. Sobre a rede de suporte e a organização familiar disse:

“Às vezes quando tem serviço para fazer, sou eu, meu pai e minha mãe. Fora isso, é mais meu pai e minha mãe que trabalham. Meu pai é autônomo e dá consultoria na área de engenharia e minha mãe é agente administrativa. E quando eu preciso de alguém para recorrer ajuda, peço mais para os pais. Minha mãe me leva e me busca em todos os lugares.”

Mirian vive com sua mãe e seu atual trabalho proporcionou convênio médico particular, como benefício, e também permitiu que sua renda compusesse o sustento familiar sendo a sua a de maior valor financeiro em sua casa. O namorado também é considerado parte de sua rede de suporte, além da mãe, que sempre foi sua incentivadora em todos seus sonhos e uma torcedora de suas conquistas. Sobre isso falou:

“Ah, se eu falar da minha mãe ela já se orgulhosa... Assim, tenho um irmão que está morando sozinho, recentemente. Então só fica eu e minha mãe, só. E assim, ela já se orgulha de mim trabalhando, estudando. Ela se sente realizada, sabe? Porque ela não esperava. Assim, ela esperava que eu pudesse ser uma pessoa independente. Isso de trabalhar é uma coisa que ela não esperava. Ela pensou... Assim, porque quando ela soube que eu ia nascer com algum tipo de deficiência, ela rezou, implorou, fez qualquer coisa para que eu não nascesse cega. Que eu podia nascer com qualquer outro tipo de deficiência. E pra ela até ajudou um pouquinho, porque cega a gente não tá enxergando, né? Não tá vendo, a gente só sente. E aí ela soube que era a minha audição, que eu ia ser surda. Nasci surda, dos dois lados secou⁹, né? E hoje eu estou usando aparelho. E com esse aparelho consegui fazer tudo!”

Gisele junto com seu esposo compõem a renda familiar e como rede de suporte, conta com seu apoio, de sua mãe e da filha mais velha e não conta com qualquer tipo de benefício social.

Junior mora com seus pais, irmã e um sobrinho e compõe a renda familiar. Não conta com qualquer tipo de benefício de programa social. É em sua família, principalmente em sua mãe que encontra seu maior apoio:

“Quando preciso de apoio geralmente é sempre minha mãe quem me socorre, né, que sempre está em casa... Ou meu sobrinho que às vezes me ajuda.”

⁹ Neste trecho a entrevistada quis dizer que nasceu com uma perda auditiva profunda neurossensorial bilateral.

Rosa relata que vive com seu marido e dois filhos, compondo a renda familiar com seu marido e seu filho mais velho. Ela vê na religião, no atendimento psicológico, nos amigos e em sua família uma rede de suporte:

“Então, em parte assim acesso serviços públicos para atendimento... Eu tenho problema de pressão alta e o de resistência à insulina, e eu preciso de receita. Só que aí como eu trabalho na Santa Casa, (...)conheço todos os médicos, então eles fazem pra mim lá... mas também eu consigo comprar na farmácia popular, não pago nada, mas o meu remédio da tireoide eu teria que pegar no posto... Fiz hidroginástico Luisão, que era um Projeto da prefeitura, por conta da hérnia de disco que desenvolvi na empresa. Frequento a igreja igreja é a única coisa que eu tenho... Vou ao psicólogo também, eu to passando nele pela Unimed. Fui nele porque aconteceu um monte de coisa... Meu pai está com mal de Alzheimer e quem percebeu fui eu... Fui mandada embora da Centrovias, meu marido também foi mandado embora. Minha irmã descobriu que estava com câncer e isso tudo foi afundando a família, virou de ponta cabeça a vida... Eu e meu filhotivemos que segurar as pontas, mas eu não sabia mais o que fazer né, Eu não tive crise de fibromialgia, mas eu me apeguei muito com Deus, eu participei muito da igreja, os meus amigos me deram muita força nessa época, eu tenho muitos amigos da igreja, que a gente tem um grupo e tal, e assim eu tive muita força.Então foi assim...uma avalanche de coisas? Mas o pontapé inicial de eu procurar um psicólogo foi que eu tive uma crise de depressão no meu serviço...”

Rosa também é suporte e cuidadora para os pais que são idosos e, sobretudo o pai, recentemente diagnosticado com Alzheimer, tem exigido bastante atenção e cuidado delas dias em que não trabalha.

De maneira geral, todos os participantes da pesquisa contam com rede de suporte fortalecida pelas relações familiares, por amigos e profissionais da saúde. Os suportes oferecidos são de cunho social, emocional, de serviços e acesso a novos contatos. Nesse contexto, deve ser considerado que essas redes contribuem significativamente para o cotidiano de pessoas com deficiência, tendo importância tanto na aquisição de habilidades físicas, motoras, funcionais, emocionais, em sua qualidade de vida, como para a superação de barreiras físicas, ambientais, sociais e psicológicas e também para a facilitação da empregabilidade (PEREIRA-SILVA; FURTADO, 2012; BRIGNOL; SCHOELLER; SILVA; BOELL; LOPES; SOUZA, 2017).

Para analisar a **Vida Cotidiana após a inserção no trabalho e encerramento do Projeto ATO**, se faz necessário o entendimento do conceito de cotidiano, que em terapia ocupacional, é referenciado de maneira mais presente a partir dos anos 1990, ampliando o significado dos acontecimentos da vida para além das atividades de vida diária e atividades instrumentais da vida diária e as possibilidades de treinamento para melhor desenvolvê-las. A vida cotidiana se traduz em aspectos subjetivos, culturais, históricos e sociais, influenciando a realidade social. Partindo-se desse ponto de vista, a compreensão do cotidiano pode influenciar nas práticas de inclusão social, na conquista da autonomia e na singularidade dos sujeitos, ou seja, possibilita reconhecer a relação individual com a rotina, os hábitos, os acontecimentos da vida e os afazeres, entendendo que ele se faz por uma “*relação que constitui a trama de viver*” (MAXIMINO; TEDESCO, 2016, p.143). Sendo assim, colocam-se em funcionamento as características de personalidade, a individualidade e as habilidades pessoais, produzindo conteúdo e significação na vida das pessoas (LEÃO; SALLES, 2016).

Nesse sentido, **Sandro** como já afirmado anteriormente, atua, quando necessário, como auxiliar administrativo no escritório familiar, mas sua rotina diária e fixa de trabalho se dá em empresa do ramo educacional, o SENAC. Além do trabalho, Sandro tem uma vida social ativa, mas em conjunto com sua família e amigos (da família), frequenta academia para exercícios funcionais e pilates. Em razão desse trabalho atual, durante a semana, Sandro tem horários mais definidos.

Mirian no momento da entrevista não estava estudando, porém, relatou que por trabalhar de segunda à sexta-feira, sai mais aos finais de semana com o namorado. Tem uma rotina de horários bastante definida em torno do trabalho.

Gisele por trabalhar em empresa do comércio varejista e seu esposo também, não tem um dia fixo para folgas e não tem frequência em atividades de lazer com sua família..

Junior refere que hoje sua vida é bastante corrida, já que está concluindo o curso de graduação em administração de empresas, diariamente faz academia, frequenta missa e pratica corrida aos finais de semana.

Rosa trabalha em regime de plantão, não tem os mesmos dias da semana de folga, por conta disso, sua vida é bastante corrida e restrita ao cuidado da organização da rotina da família, incluindo o cuidado com seus pais, que são idosos, com pouco tempo para atividades de lazer. Sobre sua rotina de vida e trabalho, afirma:

“Ah, eu acho que a única coisa... Eu... A minha rotina de ultimamente ela tá assim né... que... assim... eu trabalho de segunda... eu trabalho um dia sim, um dia não, uma vez na semana eu vou cuidar do meu pai, que eu dou folga para mulher que minha irmã contratou para cuidar do meu pai (...). Ah única coisa que eu mudaria um pouco, eu acho que eu tentaria mais sair de casa. O que é uma coisa que eu não estou fazendo, tá meio complicado. Porque que você sabe que tudo que você vai fazer, custa dinheiro...”

A partir do exposto, observou-se uma organização da rotina de todos os participantes, a maioria centrada no trabalho, mas que agregou outras atividades como lazer, esportes e principalmente entre as mulheres o cuidado com a família. Essa forma de desenvolver o cotidiano através da rotina, quando realizada de forma gradativa, promove então “a realização das tarefas diárias e a dinâmicas das relações sociais” (GALHEIGO, 2003, p.106). Nele há uma forte relação com a classe social, os laços culturais, o gênero e a idade, sendo diferente nos conteúdos e sentidos. Então observa-se uma particularidade na forma como os entrevistados traduzem os ritmos e as regularidades, descritas ao longo do tempo e, portanto, nesses cotidianos se destaca a singularidade do sujeito, no que diz respeito às suas necessidades, valores, crenças e afetos (GALHEIGO, 2003). E nesse sentido, não há ser

humano sem cotidiano e também não existe experiência que o conclua (MAXIMINO; TEDESCO, 2016).

A partir dos percursos já destacados, foi possível reconhecer para cada participantes os **impactos na vida causados pelo trabalho após a inserção no Projeto**. Sandro afirmou que não sente ter passado por alguma situação de dificuldade, ainda que o trabalho intermediado pelo Projeto fosse mais pesado, exigisse mais esforço físico, repetido e acelerado em relação ao trabalho que realiza hoje. Quanto aos sentidos produzidos por esse novo trabalho, declara:

“Eu to achando agora... um pouco melhor esse trabalho. Agora é um pouco assim, mais leve, mais aprendendo devagar as coisas. Eu... vou me adaptando bem. É... eu não falo pausado. Indo devagar, que aí eu consigo pegar bem o serviço para não ser corrido. Esse trabalho novo não é do mesmo tipo do outro, lá era diferente. Esse já é mais prático, assim, né... Esse trabalho do SENAC não é tão bruto, porque no outro tinha o perigo de se machucar. Mas esse não é tanto. O do SENAC é mais sossegado e eu gosto.”

Para **Mirian**, o trabalho produziu muitas mudanças, pois adquiriu independência, bens materiais, aumentou sua rede de contatos e afirmou:

“Eu me sinto assim, uma pessoa independente. Uma pessoa que consegue fazer tudo... Conquistar os seus próprios sonhos, sabe? Ah, eu levanto, pego aquele meu carrinho que eu comprei. Que eu sempre quis, vou chego no meu trabalho, sabendo que eu tenho um lugar lá pra mim... Ganhar meu dinheirinho, meu pão de cada dia. Sem depender de ninguém. Trabalho lá normalmente, sempre alegre... É claro, dependendo do dia, do serviço, a gente passa aquele

nervosinho, correria, stress. Né? Mas independente disto, eu não reclamo nada do meu trabalho.”

Ela também afirmou que o tipo de trabalho desenvolvido na escola despertou o interesse de voltar a estudar uma graduação na área escolar para progredir profissionalmente. Também relatou sobre ter vencido os preconceitos que sofreu logo que iniciou seu trabalho na escola:

“Todo mundo sabe que eu fui contratada como uma pessoa com deficiência. É difícil porque, às vezes, alguém chega em você e te tratam como se você fosse uma coitadinha, sabe? Eu já me imponho, que não precisa falar comigo como se fosse uma pessoa que tem muito... problemática. Entendeu? No começo, quando eu comecei a trabalhar lá, para mim foi muito difícil conviver com o pessoal, mas agora o pessoal já entendeu, porque parecia que eu tinha problema na cabeça, pra eles... Pra eles eu tinha problema mental. Sabe? Falar três ou quatro vezes a mesma coisa e eu dizia, sim eu entendi. Aí a pessoa vai lá e fala novamente. E em seguida, fala novamente a mesma fala. E eu não, eu entendi... tudo bem. O único problema que eu tenho é que se a pessoa virar de costas e falar comigo eu não vou entender, porque o som não tá vindo pra direção do aparelho.”

Junior é considerado o operador de caixa mais produtivo entre todos aqueles que trabalham em sua agência, sendo o único que possui algum tipo de deficiência. Por conta de seu bom desempenho, tem sido cobrado para terminar sua graduação em administração para enfim passar por processo seletivo interno e poder ser promovido em outra função. A respeito de sua trajetória no trabalho e o sentido que lhe atribui **Junior** relatou:

“Ah, é uma sensação boa, né! Porque a gente pode planejar, fazer plano, consegue fazer as coisas... Então é muito bom assim! Porque, antigamente, a gente não podia fazer planos,

tinha que esperar o que ia acontecer no dia a dia... Agora não, a gente pode antecipar as coisas... Então é bem legal isso! Antigamente, a gente levantava para trabalhar sem motivação... Sem saber o que ia acontecer durante o dia, né... Então o que acontecia era lucro pra gente, de diferente... Hoje não, hoje a gente levanta mais motivado, porque sabe que tem alguém nos esperando também e tem um compromisso para cumprir... Então isso que é motivador, interessante. Agora com o trabalho conquistei muitas coisas, comprei até um carro novo, tô almejando agora, ano que vem, me mudar para São Carlos, que é meu objetivo principal, depois que terminar a faculdade... Então, estou conseguindo alcançar todos os meus objetivos com o trabalho. Não mudaria nada hoje.”

Para **Rosa**, o trabalho permitiu que ela saísse de casa, se tornasse independente e a deixasse menos depressiva, porém, na empresa indicada pelo Projeto ela adoeceu esse processo de adoecimento, de alguma forma, trouxe consequências negativas em relação à sua saúde física e mental. Apesar disso, ela pretende manter-se trabalhando em outra empresa do mesmo seguimento em que está atualmente, mas que remunere melhor seus funcionários.

Aparentemente, pode-se deduzir que na percepção da entrevistada o trabalho indicado pelo Projeto ATO trouxe aspectos positivos, como estabelecer contato com pessoas, sentir-se útil e também aspectos negativos, já que ela desenvolveu outros processos de adoecimento além daquele que a tornou pessoa com deficiência. Na empresa que se encontra atualmente não faz referência direta a produção de sentidos positivos, além do estreitamento de amizades, pois **Rosa** faz menção a baixo salário, acúmulo de função, jornada de trabalho excessiva e pouca possibilidade de atividades de lazer, já que nos dias de folga de seu trabalho é cuidadora dos pais idosos e adoecidos.

Já no caso de **Gisele**, o trabalho não produz mais sentidos e sensações positivas, uma vez que o cargo em que trabalha hoje foi extinto e não há na empresa uma função compatível para desempenhar suas atividades, a menos que se mude para a matriz, que se localiza na região da grande São Paulo, onde não demonstrou interesse em residir. Também pretende ficar em casa por um tempo para cuidar de seu filho menor. Por conta de tudo isso relatou:

“A empresa tirou todos os analistas de crédito. Todos, de todas cidades da região. A análise é feita em uma Central, em São Caetano. É como se fosse atendente de call center. É um serviço terceirizado, como se fosse atendente de call center mesmo. Não tem mais a minha função, mas continuo exercendo. Hoje é tudo por computador, é tudo sistema digital. A empresa tirou os analistas, a gente não faz mais análise ali, agora as meninas ou foram demitidas ou são todas operadoras de caixa. Eu não fui mandada embora porque estava de licença maternidade. E o salário é acima do comércio, chega a ser R\$ 300 reais acima do salário do comércio, mas eu não tenho interesse de ir para venda, é... o meu foco... Eu não tenho perfil para vendedora, eu não gosto, não quero. Se eu conseguir fazer um acordo e sair da empresa, quero ficar um tempo com o bebê, porque agora acho que o que eu mais gosto de fazer é cuidar do Bem. Sair com ele, com a Ashley... Hoje não tenho um plano de trabalho para quando eu sair da empresa, porque eu não tenho foco, eu não tenho meta, eu não tenho estudo.”

A partir do relatado, para algumas pessoas que se mantiveram trabalhando no mesmo local indicado pelo Projeto, como no caso de **Gisele**, existiram outros impactos e sentidos produzidos, como Projetos pessoais e não relacionados ao ambiente de trabalho. Com isso, observa-se que a inclusão no trabalho, por meio das cotas, não é, necessariamente, um meio único para a produção de sentidos na vida de pessoas com deficiência. As questões que permeiam o mundo da mulher, para além do mundo do trabalho, podem ser uma fonte de maior identidade, independência e satisfação pessoal.

Pessoas como **Gisele**, **Mirian** e **Junior** permaneceram no trabalho provavelmente pelo tipo de deficiência, e por não possuírem um comprometimento cognitivo que, de alguma forma, influenciasse o desempenho no trabalho.

Rosa também poderia atender ao padrão citado anteriormente, porém, desenvolveu outros processos de adoecimento vinculados ao trabalho desenvolvido na empresa

Concessionária de rodovias, pontes, túneis e serviços. O posto de trabalho em que adoeceu não foi aquele analisado durante o processo de avaliação realizado pelo Projeto. A partir disso, entende-se que a inclusão pelas cotas não está fora das relações de trabalho que estão colocadas para todos os trabalhadores, ou seja, é possível permanecer na mesma função, adoecer, ser demitido e também explorado. Nesse sentido, **Rosa** vivenciou no mundo do trabalho suas contradições.

Também é possível notar um ponto comum entre os participantes: o trabalho proporcionou conforto, aumento das redes sociais e, no caso de **Sandro**, o trabalho em que se encontra exige menor necessidade de apoio das pessoas. Então, para acolher e manter pessoas com diferentes tipos de deficiências integradas no mundo do trabalho se faz necessário mais do que a legislação vigente, que apenas trata da ocupação de vagas, é essencial garantir processos de acolhida e de permanência por meio de programas de inclusão e acompanhamento que se fundamentem no reconhecimento da capacidade de trabalho dessas pessoas (ALMEIDA; CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2010). O acompanhamento permanente do processo de inclusão e o estudo das condições de trabalho são essenciais para apoiar o direito ao trabalho.

As diferentes experiências dos entrevistados permitem considerar que o trabalho rompeu com a ideia de que as pessoas com deficiência são incapazes e dependentes apenas de sua rede de suporte familiar. O prazer, a realização e a execução da tarefa dão sentido ao trabalho e estão para além da remuneração, de maneira a promover uma vida mais produtiva e com maiores possibilidades de inclusão social (LIMA; TAVARES; BRITO; CAPPELLE, 2013, COELHO; SAMPAIO; MANCINI, 2014, GALVÃO, LEMOS, CAVAZOTTE, 2018), mesmo que alguns processos não tão positivos tenham sido vivenciados. O movimento vital proporcionado pelo trabalho aproximou as pessoas com deficiência deste estudo de uma experiência cotidiana semelhante à que ocorre com muitos outros trabalhadores com e sem deficiência.

8. Barreiras e Facilitadores para a participação e permanência no mundo do trabalho dos participantes

O trabalho é fundamental e transformador na vida cotidiana das pessoas, pois pode ser um elemento norteador da organização da rotina de vida, um promotora da ampliação de participação social, oferecendo oportunidades de experimentação de formas de se relacionar e de se vincular a outras pessoas, de pertencimento a diferentes grupos como também um importante elemento constituinte da identidade do indivíduo. Ele pode trazer um sentimento de utilidade, de realização pessoal, de superação e de conhecimento de mundo, ou seja um fator que mobiliza completamente a personalidade de quem o acessa.

Nesse sentido, a inserção no trabalho pode demonstrar uma mudança paradigmática de vida, influenciando na motivação, produtividade, oferecendo novas possibilidades e sentidos à vida, ou seja, quem acessa o mundo do trabalho pode ter oportunidades de participar de uma vida com sentido em maior completude.

Essa construção foi observada na vida das pessoas com deficiência entrevistadas, que, muitas vezes restritas a experiências da deficiência apenas na vida privada, não puderam vivenciar oportunidades de maior integração social e exercício de direitos. As diversas restrições à participação nos diferentes contextos de vida, incluindo o mundo do trabalho são uma construção social, que está para além das limitações corporais ou funcionais individuais.

Esse grupo experimentava situações de exclusão, estigma e vulnerabilidade, com destaque para a vulnerabilidade social, quando em sua vida anterior à inclusão no mundo do trabalho poderiam ser considerados como não tendo condições individuais de se prepararem ou experimentarem uma posição que significaria maiores condições de inclusão social. Nesse contexto, a deficiência era percebida como um problema individual e de cuidado no âmbito da família.

Nesse sentido, o desenvolvimento do Projeto ATO, que se apoiou numa visão mais complexa do processo de deficiência, em que se consideram a importância dos modos de se participar e produzir o trabalho e a necessidade de interlocução entre Universidade e sociedade, favoreceu o reconhecimento dos facilitadores e das barreiras colocadas para a

implementação da legislação brasileira sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

Considerar o direito ao trabalho como direito essencial e a importância do papel da Universidade na proposição e desenvolvimento de alternativas para sua efetivação em diálogo com a sociedade foram pilares essenciais para a aproximação dos diferentes interlocutores com uma perspectiva de deficiência ancorada no modelo social onde as pessoas com deficiência passam a participar do discurso sobre seus problemas, criticando as experiências e vivências anteriores fortemente apoiadas numa concepção de que a deficiência era um problema individual.

Nesse sentido, o Projeto ATO aconteceu e viabilizou o ingresso no mundo do trabalho para pessoas com deficiência, a partir do pressuposto de que participar do mundo do trabalho é importante condição para vivenciar experiências de maior participação e inclusão social.

Assim, as pessoas com deficiência que participaram desta pesquisa puderam contribuir para a compreensão de trajetórias individuais no mundo do trabalho oferecendo suas experiências como acontecimentos que permitiram a visualização de facilitadores e barreiras para a participação e permanência no mundo do trabalho.

Quando se observa **Sandro**, que apesar de não ter problemas de acesso a diferentes formas de cuidado tinha restrições em sua vida cotidiana experimentou novas experiências de trabalho, que o auxiliaram no enriquecimento de repertório de mundo oferecendo oportunidades para ampliar sua participação social e interação com pessoas diferentes daquelas de seu convívio familiar. Nesse sentido pode-se compreender que os processos de exclusão estão para além das restrições relacionadas à inserção de classe social ou nível sócio econômico.

Ou ainda quando se pode reconhecer a trajetória de **Mirian** que, por meio de seu trabalho, saiu de uma condição de dependência financeira de sua família, passando a viver com mais conforto e que essa condição lhe ofereceu oportunidade para estar mais motivada, destemida e encorajada a novos desafios, como o de cursar o ensino superior e dessa maneira poder crescer profissionalmente, fica evidente a importância do trabalho como parte de um complexo processo individual que ao possibilitar aumento de autoestima e de possibilidades de interações pessoais oferece outras condições para estar e participar do mundo.

E mesmo na experiência de **Junior**, que saiu de uma condição de morador de uma cidade pequena, sem muitos recursos, possibilidades e perspectivas futuras, para viver em uma cidade de médio porte, onde está seu trabalho, que além de promover melhora na sua condição financeira, aumentou suas redes de cuidado e ampliou as oportunidades de relacionamento interpessoal. Essa experiência possibilitada pelo trabalho contribui para a superação de uma barreira atitudinal, pois sua função de operador de caixa, leva a inferir que apenas pessoas com habilidades bimanuais poderiam executar sua atividade. No entanto, ele demonstrou por suas atitudes positivas e as adaptações na execução da tarefa, que não só é possível fazer, como também é possível ser produtivo, título que lhe é conferido entre todos os operadores de caixa da instituição bancária, incluindo as pessoas sem deficiência e que permitirá ascensão profissional na instituição, assim que concluir seu curso de nível superior. Ou seja, as barreiras impostas por uma concepção mecanicista e reducionista de corpo puderam ser confrontadas em sua experiência.

E **Gisele**, que embora tenha sido encaminhada para uma área diferente daquela que inicialmente relatou almejar ao se inserir no Projeto ATO, teve seu percurso bastante exitoso por seu perfil de liderança reforçado pelas experiências pessoais e de trabalho em que se envolveu. Com sua oportunidade de trabalho se beneficiou de conforto material, teve um aumento de seu relacionamento interpessoal e, além de tudo isso, sua experiência de trabalho mostrou que hoje ela pode decidir, planejar e definir sua vida, priorizando o que ela julga como importante, que é poder se desligar da empresa em que está tabalhando para se dedicar à sua família por um determinado período de tempo. Então, **Gisele** passou da condição de não ter acessos, de uma forma geral, a ter um trabalho que contribuiu e a motivou na busca de novos sentidos para sua vida.

Essa situação vai na contramão do que o senso comum pensa sobre as pessoas com deficiência inseridas no trabalho, que ao estarem inseridas, não teriam possibilidades de mudança ou ainda que não optariam por sair e priorizar outras vivências. **Gisele** colocou-se como uma pessoa com capacidade de eleger e definir o que lhe é prioritário o que exemplifica as possibilidades de autonomia, que podem ser construídas a partir de uma posição também crítica diante das vivências no mundo do trabalho.

E também **Rosa**, que após a cessação de nove anos de afastamento remunerado pela Previdência Social, por doença relacionada ao trabalho que lhe impôs limitações, se dispôs a

participar do Projeto ATO e retornar ao mundo do trabalho, onde novamente adoeceu e por intercorrências de saúde foi demitida, mas ainda assim por esforços próprios se recolocou em outras vagas e continuou trabalhando. De sua parte não há reconhecimento explícito de que suas experiências de trabalho foram um importante facilitador para seu retorno ao trabalho, mas é possível considerar a influência dessas experiências nessas relocalizações e ainda a semelhança de sua trajetória à de outros trabalhadores adoecidos no trabalho e que necessitam nele permanecer para dar continuidade a sua vida e sobrevivência material.

Nesta pesquisa foi possível reconhecer trajetórias de pessoas com deficiência que saíram de uma espécie de isolamento social, passaram a abraçar oportunidades de superar as restrições pessoais e econômicas de participação, ocuparam e criaram seus próprios espaços de circulação e inclusão social. Sendo assim, o trabalho trouxe novos sentidos à vida dos participantes do estudo, na medida em que foi um facilitador e, muitas vezes, um motivo de mudanças na vida cotidiana que lhes ofereceu outras oportunidades de inclusão social e de viver a condição de deficiência exercitando um direito essencial.

A pesquisa também trouxe à tona a importância de Projetos de Extensão Universitária para colocar em diálogo as demandas da sociedade e de seus grupos mais vulneráveis e o papel crítico e de emancipação que a Universidade pode e deve desenvolver.

No Projeto ATO pode-se reconhecer a importância de iniciativas de articulação entre Universidade e sociedade para o estudo das condições de inclusão social de pessoas com deficiências no mundo do trabalho oferecendo subsídios para ampliar o alcance e realizar a crítica construtiva da legislação brasileira sobre sua inclusão no mundo do trabalho.

9. Considerações Finais

Esta pesquisa pretendeu contribuir para reconhecer a trajetória e as percepções sobre o mundo do trabalho das pessoas com deficiência que passaram por uma iniciativa inédita de Projeto de Extensão Univeristária como o Projeto ATO. Nesse sentido, as pessoas por meio de suas experiências individuais passaram a participar ativamente do processo de inclusão, permanência e todos os sentidos associados ao trabalho de uma maneira dinâmica e ancorada em um modelo de concepção e participação social.

Nesse sentido foi possível refletir sobre e reafirmar a importância das experiências de trabalho no estabelecimento dos fluxos e rotinas da vida cotidiana, na constituição, ativação ou ampliação de rede de suporte social, na sobrevivência material e na mudança do patamar de integração, considerando-se sua relevância também para as pessoas com deficiência, muitas vezes consideradas em suas vivências pessoais e familiares como impossibilitadas de participar socialmente em razão de uma concepção de deficiência como um processo individual e eminentemente biológico e assim não atenderem a padrões estéticos e sociais esperados.

No estudo foi possível reconhecer o sentido do trabalho como uma contribuição para o desenvolvimento do indivíduo, algo transformador, que demonstra a capacidade de refletir e de produzir um sentimento de utilidade, de interpretar e de reagir às situações, um desenvolvedor de competências e promotor da execução das tarefas da vida diária. Esse sentido também promove a possibilidade de pertinência aos grupos e de ressignificação da participação social e de superação de barreiras.

A pesquisa trouxe à tona a importância da revisão dos processos para a implantação e desenvolvimento de programas de inclusão de pessoas com deficiência por meio do trabalho ao demonstrar a insuficiência e as restrições colocadas pelo simples cumprimento da Lei de Cotas.

Há também que se criticar e considerar que o mundo do trabalho atual se pauta ainda na contratação exigida pela legislação (número de pessoas em função do total de vagas e limitação comprovada pelo código internacional de doenças), ou seja, ainda tratando os aspectos humanos como modelos de mensuração e observação, buscando adequar a pessoa ao trabalho e fornecendo a essa população tarefas de cunho repetitivo e muitas vezes sem

qualquer sentido. Então, o que ainda impera para as empresas é a visão do modelo biomédico em detrimento do modelo social de compreensão da deficiência.

Os resultados positivos e as limitações identificadas na inclusão no trabalho levam a reforçar as recomendações já apontadas na literatura sobre a importância de se fortalecer trabalho em relação à permanência, os estudos sobre a necessidade de se reconhecer, de fato, os postos de trabalho e as habilidades também das pessoas e suas experiências e o quanto se pode adquirir novas e significativas experiências de vida também pela participação no mundo do trabalho.

O terapeuta ocupacional que se pauta na perspectiva do modelo social da deficiência é um facilitador do processo de inclusão, acompanhamento no trabalho e da produção de sentidos para essa população, independente dos espaços em que esteja inserido: na empresa que contrata ou nos espaços de educação, assistência social ou saúde. Para o sucesso nessa empreitada, se faz necessário a abordagem da temática de trabalho, a deficiência e seus direitos, a construção social da deficiência e desigualdade desde a formação acadêmica até os espaços da prática profissional.

Nesse sentido, há necessidade de se desenvolver programas integrados e mais complexos para inclusão de pessoas com deficiência no trabalho que considerem, a exemplo do Projeto ATO e de sua metodologia e modelo de inclusão, a necessidade de criação de oportunidades de formação profissional e de desenvolvimento de habilidades pessoais, mas também a obrigatoriedade de preparação dos diferentes atores sociais envolvidos como empregadores, profissionais, empresas e sociedade.

10. Referências

ALMEIDA, L. A. D; CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L. Inserção no mercado formal de trabalho: satisfação e condições de trabalho sob o olhar das pessoas com deficiência. IN: CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L. (Org). **O trabalho e as pessoas com deficiência. Pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico**. 2ª reimpressão. Curitiba: Juruá, 2010.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

BAMPI, L.N.S.; GUILHEM D.; ALVES E.D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino Americana de Enfermagem** [Internet]. jul-ago 2010 [acesso em: 02/04/2018];18(4):[09 telas]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/download/4224/5266>

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Coimbra: Edições 70, 2010.

BARNES, C. Deficiência, trabalho e proteção social: aplicação do modelo social. IN: MARTIN, B. S.; FONTES, F (Orgs). **Deficiência e Emancipação Social**. Para uma crise de normalidade. Coimbra: Edições Almedina, cap 4, p. 79 - 95, 2016.

BATISTA, C.A.M. **A inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado formal de trabalho**: Um estudo sobre suas possibilidades nas organizações em Minas Gerais. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais – Gestão das cidades. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica. Minas Gerais, 2002.

BITENCOURT, B. M.; ONUMA, F. M. S.; PICCININI, V. C.; MOREIRA, L. B.; SEVERO, R. B. Os sentidos do trabalho para jovens de um empreendimento solidário e para trainees. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**. Minas Gerais, volume 7, n 2, 142-155, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: 1999.

_____. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: 1991.

_____. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ, 2003 – 2007**. Brasília, DF: 2003.

_____. **Manual Técnico de Atendimento na Área de Reabilitação Profissional**. 3ª edição. Brasília, DF: 2005.

_____. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região. **PCD Legal**, 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Brasília, DF: MTE/SIT/DEFIT, 2007.

_____. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. 2015. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/>>

_____. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. 2016. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/>>

_____. EVOLUÇÃO DO SALDO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA MESES DE JAN A ABR DOS ANOS DE 2010 A 2019 - AJUSTADOS*. Ministério do Trabalho e do Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS - Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default>

BRIGNOL, P.; SCHOELLER, S. D.; SILVA, D. M. G. V.; BOELL, J. E. W.; LOPES, S. G. R.; SOUZA, S.S. Rede de apoio a pessoas com deficiência física. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, 2017.

CARVALHO-FREITAS, M. N; MARQUES, A. L. Formas de ver as pessoas com deficiência: um estudo empírico do construto de concepções de deficiência em situações de trabalho. **Revista de Administração do Mackenzie – RAM**. São Paulo, SP. Edição Especial, v. 11, n. 3, maio/junho, 2010.

CARVALHO, M. L. **Pessoas com Deficiência e Trabalho**: (im) possibilidades da inclusão no capitalismo de acumulação flexível, 2011. Disponível em ><http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt015-pessoascom.pdf>. Acessado em 24 de março de 2019.

CASTEL, R. As transformações da questão social. IN: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CAVALCANTE, R.B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M.M.K. ANÁLISE DE CONTEÚDO: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.:Est.**, Junior Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CAZEIRO, A. P. M.; SANTOS, E. A.; CHAGAS, J. N. M; ALMEIDA, M. V. M.; BASTOS, S. M. A terapia ocupacional e as atividades da vida diária, atividades instrumentais da vida diária e tecnologia assistiva. Fortaleza: **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS - ABRATO**. 119 p., 2011.

COELHO, C. M.; SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Trabalhadores com deficiência: vivências de prazer e sofrimento. **Revista Psicologia e Sociedade**. Vol. 26, no.1. Belo Horizonte- MG, Jan./Abr. 2014.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**. v. 14, n. 3, p. 027-034, Set./Dez. 2004.

DIAS, S.S; OLIVEIRA, M.C.S.L. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 19, n.2, p. 169-182, Abr.-Jun., 2013.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 89 p., 2007. Coleção Primeiros Passos; 324.

_____. Deficiência e Políticas Sociais – entrevista como Colin Barnes. **Ser Social**, v.15, n. 32, p. 237-251, jan/ jun. 2013.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. D. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur - **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, p. 64-77, 2009.

FAVERO, L., RODRIGUES, J.A.P. Pesquisa Estudo de Caso. In: LACERDA, M.R., COSTENARO, R.G.S (Orgs). **Metodologia de Pesquisa para a enfermagem e saúde: da teoria à prática**. Porto Alegre: Moriá, p. 511, 2015.

FERNANDES, A. P. C. S.; DENARI, F. E. Pessoa com deficiência: estigma e identidade. **Rev. FAEEBA. Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 26, n. 50, p. 77-89, set./dez. 2017.

FERNANDES, H. N.; THOFEHRN, M. B.; PORTO, A. R. et al. Relacionamento interpessoal no trabalho da equipe multiprofissional de uma unidade de saúde da família. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**. jan./mar. 7(1):1915-1926, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=505750945016>, acessado em 3 de abril de 2019.

FERREIRA, M. A. V. La construcción social de La discapacidad: habitus, esteriotipos y exclusión social. Nómadas. **Revista Crítica de Ciencias Socialies y Juridicas**. Universidad Complutense de Madrid. Madrid: numero 17, enero-junio, 2008.

GALHEIGO, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104-9, set./dez. 2003.

GALVÃO, M. F. G., LEMOS, A. H., CAVAZOTTE, F. S. C. N. Revisitando o tradicional: o sentido do trabalho para pessoas com deficiência adquirida. **Revista de Administração Mackenzie**, 19(spe), 2018.

GÖDKE, F. **A inclusão excludente dos trabalhadores com deficiência nos processos produtivos industriais**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 173 p. 2010.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 8ª. Edição. São Paulo – Editora Perspectiva, 2008 (Debates, 1991/ dirigido por J. Guinsburg).

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição. Rio de Janeiro – Editora Zahar, 124 p. 2004.

GONÇALVES, M. E.; GARCIA, N. L. S. A Inclusão de Pessoas Com Deficiência no Mercado de Trabalho. **Revista Pensar Direito**. Vol. 9, nº.2 , julho, 2018.

GÜNTHER, H. Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

HAMMES, I. C; NUERNBERG, A. H. A Inclusão de Pessoas com Deficiência no Contexto do Trabalho em Florianópolis: Relato de Experiência no Sistema Nacional de Emprego. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v.35, n.3, p. 768-780, 2015.

LANCILLOTTI, S. S. **Deficiência e trabalho**: redimensionando o singular no contexto universal. Campinas: Autores Associados. 111p, 2003.

LANCMAN, S. et al. Contribuições do estudo da subjetividade. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 13, n. 1, p.22-30, jan./abr. 2002.

LANCMAN, S; UCHIDA, S. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 6, pp. 79-90, 2003.

LANCMAN. S. Construção de Novas Teorias e Práticas em Terapia Ocupacional, Saúde e Trabalho, IN: LANCMAN. S. **Saúde, Trabalho e Terapia Ocupacional**. São Paulo: Roca, 2004.

LANCMAN. S. Psicodinâmica do trabalho. IN: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Org.) **Terapia Ocupacional - Fundamentação & Prática**, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2007.

LEÃO, A.; SALLES, M. M. Cotidiano, Reabilitação Psicossocial e território. In: MATSUKURA, T. S.; SALLES, M. M. (Orgs). **Cotidiano, Atividade Humana e Ocupação: Perspectivas da Terapia Ocupacional no Campo da Saúde Mental**. São Carlos: EdUFSCar, 200 p., 2016.

LIMA M. P., TAVARES, N. V., BRITO M. J., CAPPELLE M. C. A. O sentido do Trabalho para pessoas com deficiência. **Revista de Administração Mackenzie**, v.14, n.2, SÃO PAULO, SP • MAR./ABR. , p. 42-68, 2013.

LOCKE, J. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. 4ª edição. São Paulo: Vozes, 320 p., 2006.

MAENO M, TAKAHASHI MAC, LIMA MAG. Reabilitação Profissional como Política de Inclusão Social. **Revista ActaFisiatrica**, 16(2). p. 53-58, 2009.

MAIA, A. M. C.; CARVALHO-FREITAS, M. N. O trabalhador com deficiência na organização: um estudo sobre o treinamento e desenvolvimento e a adequação das condições de trabalho. **Revista Eletrônica de Administração – READ**.| Porto Alegre – Edição 82 - Nº 3 – setembro/dezembro 2015 – p. 689-718.

MAXIMINO, V.S.; TEDESCO, S. Rotina, Hábitos, Cotidiano: no banal e no sutil, a trama da vida. In: MATSUKURA, T. S.; SALLES, M. M. (Orgs). **Cotidiano, Atividade Humana e Ocupação: Perspectivas da Terapia Ocupacional no Campo da Saúde Mental**. São Carlos: EdUFSCar, 200 p., 2016.

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. jul./set, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001.

MORIN, E.; TONELLI, M.J.; PLIOPAS, A.L.V. “O trabalho e seus sentidos. **Psicologia & Sociedade**, 19, Edição Especial 1: 47-56, 2007.

MOURÃO, L.; SAMPAIO, S.; DUARTE, M. H. Colocação seletiva de pessoas com deficiência intelectual nas organizações: Um estudo qualitativo. **Revista O&S - Salvador**, v.19 - n.61, p. 209-229 - Abril/Junho – 2012.

NOGUEIRA, C. M.; SILVA, M. L. O. Adeus ao trabalho? Vinte anos depois... Entrevista com Ricardo Antunes. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 124, p. 773-799, 2015.

OLIVEIRA, D.C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma técnica maior nas pesquisas qualitativas. IN: LACERDA, M.R., COSTENARO, R.G.S (Orgs). **Metodologia da pesquisa para a enfermagem e saúde da teoria à prática**. Porto Alegre: Moriá, 2015.

Organização das Nações Unidas - **ONU**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>

PAIVA, J. C. M.; BENDASSOLI, P. F.; TORRES, C. C. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro v. 15, n.1, p. 218-239, 2015.

PEREIRA, A. C. C.; PASSERINO, L. Um estudo sobre o perfil dos empregados com deficiência em uma organização. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v.18, n.2, p. 245-264, Abr.- Jun., 2012.

PEREIRA-SILVA, N. L; FURTADO, A. Inclusão no Trabalho: A Vivência de Pessoas com Deficiência Intelectual.**Revista Interação em Psicologia**. Paraná, volume 16, n 1, p. 95-100, 2012.

RELATÓRIOS DE ATIVIDADES PROJETO ATO ANOS 2009 A 2015.

RESENDE, A.P.R; VITAL, F.M.P.A **Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. _ Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008, 164 p.

RIBEIRO, M. A; CARNEIRO, R.. **A inclusão indesejada:As empresas brasileiras face à lei decotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Revista O&S, v.16 - n.50, p. 545-564, 2009.

SÁ, J.G.S; LEMOS, A.H.C. Sentido do Trabalho: Análise da Produção Científica Brasileira. **Revista DE ADMINISTRAÇÃO MADE**, Rio de Janeiro, ano 17, v.21, n.3, p.21-39, setembro/dezembro, 2017.

SALOMÃO, S.; SIMONELLI, A. P. Desenvolvimento de rede de ações para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no município de São Carlos. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, 3., 2006, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ABEPRO, 2006.

SAMPAIO, T. S.; FERREIRA, V. S. Empregabilidade das pessoas com deficiência: avanços e desafios. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 5, n. 3, p. 2253-2260, mar. 2019.

SANTOS, J. C., Carvalho-Freitas, M. N. (2018). Sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida. **Revista Psicologia & Sociedade**, 30 anos, 2018, p. 1-11.

SILVA, A. C.C. **Organizações de e para pessoas com deficiência no município de São Carlos – SP: tecendo fios de histórias, conquistas e desafios**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2016.

SILVA, D. A. M, et al. **A importância da recreação e do lazer**. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 52 p. 2011.

SILVA, L. M. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

SIMONELLI, A. P. **Contribuições da análise da atividade e do modelo social para inclusão no trabalho de pessoas com deficiência**. Tese de Doutorado– Departamento de Engenharia de Produção. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009.

SIMONELLI, A. P., RODRIGUES D. S., NAVAS, P. M. G., SOARES, L. B. T., CAMAROTTO, J. A. Projeto ATO – Ação, Trabalho e Oportunidade: inclusão de pessoas com deficiência no trabalho – relato de experiência, **Cadernos de Terapia Ocupacional**, v.21, n.1, p.119-130, 2013.

SIMONELLI, A. P., RODRIGUES D. S.; CAMAROTTO, J. A. Contratação de pessoas com deficiência: o desafio da inclusão profissional. In: SIMONELLI, A. P.; RODRIGUES, D. S. (Orgs). **Saúde e Trabalho em debate: velhas questões, novas perspectivas**. Brasília: Paralelo 15, 2013.

TOLDRÁ, R. C. Inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência: contribuição para a transformação social. In: SIMONELLI, A. P.; RODRIGUES, D. S. (Orgs). **Saúde e Trabalho em debate: velhas questões, novas perspectivas**. Brasília: Paralelo 15, 2013.

TOLDRÁ, R. C. Políticas afirmativas: opinião das pessoas com deficiência acerca da legislação de reserva de vagas no mercado de trabalho. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 20, n. 2, p. 110-117, maio/ago. 2009.

TOLDRÁ, R. C.; DALDON, M. T. B.; SANTOS, M. C.; LANCMAN, S. Facilitadores e barreiras para o retorno ao trabalho: a experiência de trabalhadores atendidos em um Centro

de Referência em Saúde do Trabalhador – SP, Brasil. **Rev. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, 35 (121): 10-22, 2010.

TOLFO, S.R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 38-46, 2007.

WANDERER, A.; PEDROZA, R.L.S. A violência como tema transversal aos estudos sobre a deficiência: interconexões necessárias. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 178-195, 2015.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005. 290 p

ANEXO A - Roteiro de Entrevista

Data da Entrevista:

Nome do Entrevistado:

Data Nascimento:

Sexo: () Feminino () Masculino

Local onde foi realizada a entrevista:

Tempo de duração da entrevista:

Estado Civil:

() Casado

() Solteiro

() Divorciado

() União Estável

() Viúvo

EXPERIÊNCIA ANTERIOR	FORMAÇÃO, ATIVIDADES, RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO TRABALHO, VIDA COTIDIANA
----------------------	--

Sobre participação no Projeto ATO

O que você fazia naquela época

Ocupação no momento de inclusão no Projeto:

() Desempregado

() Aposentado Invalidez

() Empregado

() Auxílio-Doença

() Autônomo

() Recebia Outro Benefício

() Estudante

?

() Aposentado

O que você lembra do Projeto ATO? Conte o que você achava do Projeto

Você participou de algum curso? _____

Você foi trabalhar? Onde?

Sobre o trabalho

Conte como foi o seu primeiro dia de trabalho, você lembra? O que você fazia lá?

Você fez amigos? Quem eram essas pessoas? Você se encontrava com essas pessoas?

Como era sua vida antes e depois do trabalho?

O que sua família achava do trabalho?

O que você sentia?

Como era trabalhar?

Como era quando você levantava para trabalhar? Como era quando você chegava no trabalho?

Como era um dia/semana de trabalho?

Se houve desligamento do trabalho

Como foi que isso aconteceu?

Sobre a vida da pessoa, após o encerramento do Projeto

Você continuou a trabalhar na mesma empresa que o Projeto ATO intermediou a vaga?

Você permaneceu no mesmo de trabalho o qual foi avaliado pelo Projeto ATO?

Se não ficou, mudou de empresa?

Para qual empresa foi e porque saiu da empresa anterior?

Enfrentou alguma Dificuldade? Quais?

VIDA ATUAL	REDES DE APOIO (QUE SERVIÇOS UTILIZA - CRAS/CREAS, POSTO DE SAÚD, ESTÁ NA ESCOLA)
------------	---

Sobre a vida cotidiana

Como é agora o seu dia a dia?

O que gosta e o que não gosta de fazer?

Você mudaria alguma coisa na sua rotina? O quê? O que você precisa fazer para mudar?

Onde você mora?

Pessoas que vivem na sua casa: _____

Quantas pessoas trabalham: _____

Quem são essas pessoas que trabalham: _____

Qual a profissão que elas têm: _____

Até que série/nível estudaram: _____

Qual é mais ou menos a renda na sua casa?

Vocês recebem ajuda de alguém? _____ De quem? _____

Que tipo de ajuda? _____

Quando você precisa de ajuda, quem te socorre? Você participa ou recebe apoio de algum serviço, associação, Projeto ou entidade?

Como está sua saúde hoje e como era antes?

Experiência de Trabalho Formal:

Experiência de Trabalho Informal:

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TCLE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “**INCLUSÃO DO DEFICIENTE NO TRABALHO: O QUE ACONTECE DEPOIS DESTA INCLUSÃO? UM ESTUDO DE CASO**”. Essa pesquisa faz parte da dissertação de mestrado em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) da estudante de pós-graduação/pesquisadora executante Paula Márcia Gomes Navas, sob a orientação da Profa. Dra. Fátima Corrêa Oliver. O estudo tem o objetivo entender como as pessoas com deficiências estão se vendo no mundo do trabalho e como percebem o sentido do trabalho em suas vidas, tendo em vista sua participação em um Projeto realizado no município de São Carlos.

Você está sendo convidado (a) a participar dessa pesquisa por ter feito parte do Projeto ATO – Ação, Trabalho e Oportunidade que será desenvolvida por meio de uma entrevista com questões relacionadas a sua trajetória no universo do trabalho contando um pouco da sua história e das questões e desafios que enfrenta ou enfrentou no mundo trabalho.

A entrevista ocorrerá em local e horário previamente agendado para esse fim, no ambiente que você desejar. A sua participação não lhe trará custos e a pesquisadora tomará providências e cautelas em relação a preservar sua identidade nos relatórios de pesquisa, artigos científicos, trabalhos publicados em eventos científicos. A pesquisadora também se compromete a zelar pela sua privacidade e sigilo no ambiente de sua escolha tornando o local protegido para sua participação.

Todos os dados da pesquisa serão guardados em local seguro, de acesso restrito do pesquisador principal de maneira a que a entrevista gravada não forneça informações que possam ser divulgadas ou consultadas por outras pessoas que não fazem parte dessa pesquisa, sem o seu consentimento.

No início da entrevista, você poderá se sentir pouco à vontade, mas isso será amenizado no decorrer desse encontro, visto que **Paula Márcia Gomes Navas**, a pesquisadora, procurará criar uma situação confortável e acolhedora para a sua participação.

Caso haja algum desconforto psicológico por posicionamento e/ou críticas proferidas durante a entrevista, a pesquisadora Paula poderá interromper o procedimento de coleta

de dados, com o objetivo de prevenir qualquer atrito ou desgaste social, psicológico e emocional, lhe oferecendo suporte e acolhimento para possíveis situações de desconforto e constrangimento.

Em qualquer etapa do estudo, você poderá interromper sua participação e terá acesso à pesquisadora Paula para esclarecimento de eventuais dúvidas, e também possuirá uma cópia deste termo de consentimento em que constam os dados e contatos da pesquisadora. Paula Márcia Gomes Navas será pesquisadora executante, ela é Bacharel em Terapia Ocupacional e pode ser encontrada no endereço:

Rodovia Washington Luís, km 235. Monjolinho - São Carlos – SP CEP 13.565-905 - Fone: (16) 9 9179-5856 (Claro) – e-mail: paulamnavas@gmail.com

Você não terá nenhuma despesa pessoal para participar da pesquisa e nenhuma compensação financeira, sua participação é voluntária. Você também não terá benefícios diretos com a participação nessa pesquisa, apenas indiretos, pois a pesquisa auxiliará no entendimento de programas que atendam da melhor forma pessoas com deficiência.

Você poderá acompanhar os resultados do estudo durante qualquer etapa, sempre que solicitar. A pesquisadora se compromete a utilizar os dados coletados somente para o objetivo relacionado a este estudo e descrito neste termo de consentimento.

Paula Márcia Gomes Navas

Rodovia Washington Luís, km 235. Monjolinho - São Carlos – SP CEP 13.565-905. São Carlos - SP(16) 9 9179-5856 E-mail: paulamnavas@gmail.com

Fátima Corrêa Oliver

Rua Cipotânea, 51 – São Paulo – São Paulo 11 30917457 E-mail: fcolliver@usp.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que entendi o objetivo, os riscos e os benefícios da minha participação na pesquisa que foram descritos acima e concordo em participar. Declaro também que permito, enquanto participante da pesquisa a filmagem e/ou gravação de voz para coleta de dados.

O pesquisador me informou que o Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Graduação, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km 235, São Carlos- SP Brasil. Fone (16) 3351-9683. E-mail:cephumanos@ufscar.br

São Carlos, ____ de _____ de 201__.

Nome Completo do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

ANEXO C- PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Pessoas com Deficiência no Trabalho: Um estudo de caso

Pesquisador: PALLA MARCIA GOMES NAVAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 00173910.3.0000.0004

Instituição Proponente: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.847.426

Apresentação do Projeto:

Trata-se de estudo de caso com enfoque qualitativo, que será desenvolvido em duas etapas: 1) pesquisa documental nos registros do Projeto ATO, como relatórios de atividades e outros registros disponíveis; 2) entrevistas semiestruturadas com as pessoas com deficiência, que tratarão sobre como era a vida cotidiana: a) quando foram incluídas pelo Projeto ATO; b) durante a fase em que o projeto estava ativo; c) após o encerramento do projeto e d) no momento da entrevista. Os relatórios e registros serão analisados buscando construir uma linha do tempo em que sejam apresentadas as atividades, ações e estratégias realizadas no projeto. As entrevistas serão exploradas buscando reconhecer unidades temáticas para análise, considerando-se as barreiras e facilitadores para a inclusão e permanência de pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

Objetivo da Pesquisa:

Como objetivo primário, contribuir para o desenvolvimento de projetos facilitadores de inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Os objetivos secundários são: A) Identificar o público alvo com deficiência, que participou do Projeto ATO - Ação, Trabalho e Oportunidade, no período de sua vigência; B) Caracterizar esse grupo no que diz respeito a gênero, idade, tipo de deficiência e escolaridade, a fim de compreender a trajetória de vida destas pessoas com deficiência, antes, durante e após o término do Projeto; C) Analisar e correlacionar as perspectivas sobre a inclusão no mundo do trabalho dos participantes que continuam e os que não estão mais.

Endereço: WASHINGTON LUIZ K01 215
Bairro: JARDIM GUANABARA
UF: SP Município: SÃO CARLOS
Telefone: (35) 3351-0000 CEP: 13.505-905
E-mail: cep@ufscar.br

empregados, visando realizar inferências sobre os facilitadores e/ou barreiras possivelmente encontradas no trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores, no início da entrevista, o participante poderá se sentir pouco à vontade, mas isso será amenizado no decorrer desse encontro pela pesquisadora que procurará criar uma situação confortável e acolhedora para participação da pessoa. Caso haja algum desconforto psicológico por posicionamento ou críticas proferidas durante a entrevista, a pesquisadora poderá interromper o procedimento de coleta de dados, com o objetivo de prevenir qualquer dano ou desgaste social, psicológico e emocional, oferecendo suporte e acolhimento para possíveis situações de desconforto e constrangimento. Não haverá nenhuma compensação financeira aos participantes, sua participação será voluntária. Também não haverá benefícios diretos com a participação nessa pesquisa, apenas indiretos, pois o estudo auxiliará no entendimento de programas que atendam da melhor forma possível pessoas com deficiência em sua preparação para o mundo do trabalho.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa proposta tem relevância social e respeita os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS 510/2016 e suas complementares.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados os seguintes termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto
- Termo de consentimento
- Projeto completo
- Informações básicas do projeto
- Autorização do local da pesquisa

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresenta linguagem simples e adequada permitindo boa compreensão. Aborda, de maneira geral, os procedimentos e objetivos da pesquisa, assim como o entendimento sobre o caráter voluntário e gratuito da participação na pesquisa. A participação está condicionada à concordância dos participantes e assinatura do TCLE.



Continuação do Parecer: 2687432

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PS_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1134995.pdf	10/04/2018 01:45:17		Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	10/04/2018 01:48:18	PAULA MARCIA GOMES NAVAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investidor	PROJETO.pdf	10/04/2018 01:47:33	PAULA MARCIA GOMES NAVAS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	10/04/2018 01:45:20	PAULA MARCIA GOMES NAVAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentamento / Justificativa de Assência	TCLE.pdf	10/04/2018 01:42:59	PAULA MARCIA GOMES NAVAS	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderecso.pdf	05/04/2018 11:47:34	PAULA MARCIA GOMES NAVAS	Aceito
Outros	certaaautorizacaoolea.pdf	05/04/2018 11:47:01	PAULA MARCIA GOMES NAVAS	Aceito
Outros	certadeautorizacaoacomarotta.pdf	05/04/2018 11:46:32	PAULA MARCIA GOMES NAVAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SÃO CARLOS, 10 de Maio de 2018

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ 491 205
Bairro: JARDIM GUARABARA CEP: 13.505-905
UF: SP Município: SÃO CARLOS
Telefone: (16)3351-9053 E-mail: cep@ufscar.br